



PUC-SP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde
Curso de Psicologia

CAIO LIMA GONÇALVES BERNARDINI

1s e 0s

A História da Sexualidade de Foucault e o Gênero Binário

SÃO PAULO - SP

2022



PUC-SP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde
Curso de Psicologia

CAIO LIMA GONÇALVES BERNARDINI

1s e 0s

A História da Sexualidade de Foucault e o Gênero Binário

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para a graduação no curso de Psicologia, sob orientação do Prof. Dr. Plínio de A. Maciel Jr.

SÃO PAULO - SP
2022

“wandered around small towns in the middle of the night until the feet stung and swelled; woke up in hospitals after black-outs; fell in love with a boy but a girl but a boy but a girl; thought long about what is that thing between my legs; shaved my head. no identity, now.

then a lot of us started singing, banging, breaking. what was once a single voice grew into many. one broke an arm, one wrote a book, one kept bees, two were bashed, two finished degrees, more & more came in and out of rooms.[...]”

— Jordaan Mason & The Horse Museum, *Divorce Lawyers, I Shaved My Head* (2009)

“Jupiter - It’s not real if we don’t say it out loud, right?

[...]

Neptune - The midwest is great. All you have to do is not say it out loud.

It’s like a spell. And you can be as obvious as you want about everything else.

You can wait it out forever. As long as you don’t say it.

Jupiter - I hope I can...

But even if I don’t say it, I still feel it.

Like a hand in the air.

Holding tight.”

— Pillow Fight, *We Know the Devil* (2015)

1s e 0s - A História da Sexualidade de Foucault e o gênero binário

Aluno: Caio Lima Gonçalves Bernardini

Orientador: Plínio de Almeida Maciel Jr.

2022

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi entender a origem e função do sistema binário de gênero como elucidado por uma análise textual discursiva crítica do livro “A História da Sexualidade Vol. 1”, de Michel Foucault, com auxílio de outros textos, buscando acrescentar algumas contribuições mais recentes àquilo que não está presente no original: o gênero como ferramenta capitalista e colonial. O exercício reflexivo aqui apresentado visou desnaturalizar e problematizar as relações dos gêneros binários consigo mesmos, questionando a validade das narrativas coloniais aliadas de uma suposta racionalidade e propondo um olhar mais abrangente da complexidade humana. Isso foi realizado a partir de uma análise textual discursiva dos textos em questão com o objetivo de compreendê-los de forma mais aprofundada e buscar novos modos de entender o presente, o passado e o futuro do gênero em nossa sociedade.

palavras-chave: Gênero Binário, Foucault, Crítica, História, Colonialismo

SUMÁRIO

Introdução	1
Método	6
Análise	6
Por que gênero?	7
Silêncios	10
Historicidade — A Análise do Passado com os Olhos do Presente	13
Os Básicos da Biopolítica	18
Scientia Sexualis e o Paradigma Médico	20
Colonialismo	25
Hantologie ou Aquilo que Assombra o Mundo	30
Sistemas Binários	34
Conclusão	38
Referências	41

1. Introdução

“There are girls with dicks, men with vaginas and transphobes without teeth”
- Adesivo de protesto anônimo

Gênero é um assunto delicado: pergunte a cinco pessoas o que quer dizer e provavelmente terá seis respostas diferentes. Não ajuda que na língua portuguesa o termo é ambíguo, simultaneamente referindo-se a uma relação entre pessoa-sociedade e arte-observador. Sobre esse primeiro, frequentemente afirma-se que gênero está para o social como sexo está para o natural; isso não é verdade, essa suposta distinção é irreal porque sexo é tão socialmente determinado quanto gênero (BUTLER, 2011; ROSCOE, 2000). Verdadeiramente, a própria distinção é questionável, uma vez que, como conceitos, coexistem e explicam um ‘mesmo’ fenômeno; por outro lado, historicamente, ambos serviram uma função similar: o colonialismo (ROSCOE, 2000; MIRANDA, 2010; BALLESTIN, 2018) e a produção do sujeito do Capital (FOUCAULT, 1997).

Butler (2011) analisa gênero como sendo a categoria que dá ao corpo inteligibilidade em uma sociedade heteronormativa, sem nem mesmo mencionar a cisnormatividade vigente. Falta, no entanto, considerar sua função material básica: primariamente, gênero foi usado pela Europa como ferramenta colonial, tanto no campo do pensamento como no campo material — separação puramente retórica/pedagógica. Um número considerável de territórios que hoje pertencem a nações colonizadas, famosas por sua LGBTQfobia, vistas pelos “países de centro”¹ como retrógradas e conservadoras, têm, na verdade, uma forte tradição que foi destroçada justamente pelos supostos campeões do progressismo. São países como a Indonésia (VINCENT; MANZANO, 2017), a Índia (Ibid.) e até mesmo os EUA (ROSCOE, 2000), tudo justificado pela dicotomia entre ‘civilização-selvageria’, pelo progresso e pela ciência — uma ciência que, quando lhe fosse conveniente, validaria tudo que outrora havia negado, taxado e torturado. Talvez surpreenda saber que em 2020 a Albânia foi apenas o terceiro país europeu a banir a denominada “terapia de conversão”, um mês após a Alemanha fazê-lo (NEWS WIRES, 2020).

O gênero é uma das categorias históricas mais complexas de ser compreendida justamente por ser tão cara a noção de ser-humano criada e imposta pelos

¹ Centro do capitalismo; também pode ser denominado de Norte Global.

colonizadores que subjugarão grande parte do mundo. Até mesmo internamente na Europa, sabe-se que a situação nem sempre foi como é hoje: os antigos romanos detinham pelo menos uma posição cerimonial descrita como um terceiro gênero — sacerdotes de Sibila — (ROSCOE, 2000); em algumas versões de seu mito de origem, Dionísio é criado como uma ‘mulher’ — novamente é possível que seja uma inferência posterior de categorias que salientavam-se de maneira diferente na época — antes de voltar a ser um ‘homem’ (OVÍDIO, 1958); na mitologia nórdica, um dos deuses de destaque, Loki, referido sempre como sendo um ‘homem’, engravida pelo menos quatro vezes² (STURLUSON, 2001; THE POETIC..., 2004; HARALDSON, 2006) entre muitos outros exemplos.

Apesar disso, e apesar dos inúmeros exemplos antropológicos de sociedades funcionais que compreendem gênero como categorias fluidas (ROSCOE, 2000), ou pelo menos, que escapam do nosso binarismo, muitos estão convencidos da naturalidade de nosso sistema e estão dispostos a ferir e sacrificar qualquer um que se oponha, mesmo nos menores gestos, a essa perigosa torre de vidro. E os exemplos nem sempre são tão distantes como se acredita. Não são só as Damares³ da vida falando sobre meninos usando a cor X e meninas usando a cor Y; só os tios homofóbicos entrando em longas tangentes sobre como homem que é homem não chora, ou como lugar de mulher é na cozinha, criando os filhos; só pessoa apanhando na Paulista por estar de mãos dadas com o parceiro, ou por ousar existir enquanto trans. Não, muitas vezes os exemplos são bem mais sutis e bem mais perigosos, e podem ser as chamadas RadFems/TERFs, que poucas vezes verdadeiramente são sutis, mas cobrem seu discurso transfóbico em um linguajar pseudofeminista, ou ainda aqueles que estão ‘apenas preocupados’ ou ‘apenas fazendo perguntas’. São todos os integrantes ativos das áreas da saúde que se recusam a acreditar nas pesquisas ou a se informar sobre essas questões, sem nem mencionar os verdadeiros casos de maus-tratos ou a propensão à exigência de corte de medicamentos vitais sem real necessidade — especificamente é comum que profissionais das áreas médicas exijam que pessoas trans interrompam seus tratamentos hormonais em momentos nos quais isso não é realmente necessário, por exemplo, quando sofrem de problemas médicos

² Nosso conhecimento sobre mitologia nórdica é extremamente vago e a maioria do que foi escrito sobre o assunto foi produzido após a cristianização da região, fazendo com que especificidades sejam difíceis de ter sua autenticidade verificada.

³ Referência à ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos durante o governo Bolsonaro (2018-2022) que afirmou em 2019 que “menino veste azul e menina veste rosa”. (MENINO..., 2019).

não relacionados, quando o mesmo não é feito com, por exemplo, mulheres cis em menopausa que frequentemente também utilizam hormônios. São todos os arcabouços teóricos da academia que até hoje são construídos e que podem ser resumidos simplesmente como sendo novas versões da ‘inversão’ de Krafft-Ebing⁴ (apud FOUCAULT, 1997), e dos antigos psicanalistas, com outras palavras, em uma linguagem pseudo-progressista. É o buscar de causas para essa ou aquela pessoa se ‘identificar’⁵ como gay ou trans, quando nunca se busca causas para a autoidentificação como cis ou hétero. É usar uma linguagem que no final das contas é extremamente capciosa toda vez que se fala no assunto: uma mulher trans não se identifica como mulher, ela é uma mulher, bem como uma pessoa não-binária é não-binária e um homem trans é um homem. É a falta de extensão de cortesias básicas para pessoas que são aquilo que você talvez não consiga entender: perguntas sobre a vida sexual de alguém assexual, do tipo ‘mas você já experimentou?’, que nunca seriam feitas para mais ninguém, ou pior, tentar encontrar nesse fato um trauma passado da pessoa; e muitas, muitas outras coisas em graus variáveis de violência e agressão, intencional ou não, direta ou indireta.

De maneira geral, o objetivo do trabalho é investigar as origens de um elemento extremamente importante para a corrente da cisheteronormatividade e do cissexismo: a binaridade de gênero, principalmente através de uma análise textual discursiva com foco no livro *A História da Sexualidade Vol.1: A Vontade de Saber*, de Michel Foucault (1997). É desconstruir as narrativas usuais que levam à naturalização e imobilização das categorias binárias para revelar redes de poder que existem por detrás delas e como servem não só à estratégia de dominação colonial, mas também ao capitalismo, como fluem e mudam com o tempo, sem, porém, perder sua violência e suas características racistas.

Apesar de frequentemente contornar o tema, a obra de Foucault (1997) nunca fala de maneira direta sobre gênero em si. No lugar disso, discute mais propriamente a sexualidade, que frequentemente aparece como seu tema gêmeo por autores do mundo eurocentrado. A ausência da discussão de gênero é bastante interessante, uma vez que o próprio Foucault comenta sobre as omissões serem tão importantes quanto,

⁴ Autor de *Psychopathia Sexualis* (1886).

⁵ É na melhor das hipóteses extremamente condescendente dizer que uma pessoa trans se identifica com seu gênero; na pior das hipóteses, é só um jeito mais socialmente aceito de ser transfóbico, já que pessoas trans não se identificam com seu gênero mais do que pessoas cis o fazem; o mesmo vale para o uso da palavra quando se referindo a pessoas não-hétero.

ou até mais importantes que, o que foi dito explicitamente. Uma ausência que se faz sentir até hoje. Poucos são os trabalhos que discutem a temática gênero em conversa com Foucault, principalmente quando se considera gênero como sendo uma coisa em si, não apenas um eufemismo para mulheres ou feminismo, algo que ainda é infelizmente muito comum. Especialmente raro é algo que não se baseia na binaridade de gênero como óbvia, lógica ou natural, mesmo que de uma perspectiva vagamente crítica — como alguns exemplos disso podem ser citados BUTLER (2011), VIANNA e LOWENKRON (2018), SOUZA e CARRIERI (2010), e ROSCOE (2000). Até mesmo trabalhos próximos dessa crítica mais consistente algumas vezes escorregam, como no caso de LUGONES (2008), e até mesmo — como já mencionado —, FOUCAULT (1997).

Tudo isso é importante porque parece que chegamos a uma espécie de encruzilhada: não apenas ataques aos direitos trans viraram cada vez mais comuns, como evidenciado pelos 16 estados dos EUA que têm propostas de leis transfóbicas sendo ativamente discutidas no momento (RETTA, 2021), inclusive uma que foi aprovada e posteriormente vetada na Flórida, e previa inspeção genital de crianças atletas para certificar-se de que não eram trans (BUSEY, 2021), ou pelo desastre transfóbico que se tornou o Reino Unido (BURNS, 2019), mas também porque os direitos trans são usados como alavanca por grupos conservadores que ganharam legitimidade pela ascensão do neofascismo internacional, para atacar direitos LGBTQ e das mulheres como uma espécie de cavalo de troia do ódio. É importante ressaltar que, apesar do momento de maior visibilidade/backlash, a situação não foi muito melhor no passado: a lei sueca eugenista que só permitia a transição de pessoas após sua esterilização só foi revogada em 2012 (CENTER FOR REPRODUCTIVE RIGHTS, 2012) e no Japão uma lei similar ainda está em voga (ASSOCIATED PRESS, 2019), só como alguns exemplos.

Mais do que isso, a retórica cissexista leva ao acirramento das normas de gênero que negativamente afetam toda a população, e desproporcionalmente as pessoas trans, especialmente as pessoas trans não-brancas e/ou não-binárias (HARRISON, 2021). Sua dita naturalidade prende e impossibilita não apenas a exploração acadêmica do passado e do presente, mas também nossa visão sobre o futuro (HESTER, 2018), além de ser ativamente causa de feridas intensas no mundo inteiro, feridas experienciadas por todos os meninos cis que foram castigados por

brincar com bonecas ou com maquiagem, por todas as meninas cis para as quais foi dito de forma sutil, mas grave, que não poderiam fazer aula de judô, por todas as crianças que sofreram violência física ou psicológica na mão de pais ou de quaisquer figuras de autoridade por brevemente saírem da linha imaginária que traçamos para nós mesmos e que distingue ‘um gênero’ do ‘outro’, que define a vida que vale a pena e a vida que não vale, o tipo de amor e carinho por si mesmo e pelos outros que merece existir e o que não merece, por todas as crianças, adolescentes e adultos trans que têm de conviver com a transfobia, que tiveram de cortar relações com familiares, com amigos, parceiros, que existem em um estado de alerta eterno, com medo da violência que podem sofrer a qualquer momento por ousarem existir, com medo da próxima pessoa que vão descobrir que desejaria que não existissem.

É importante lembrar que todas as coisas que vemos como claras e óbvias, como naturais e imutáveis são, também, produto histórico de uma sociedade: uma sociedade violenta, opressiva, capitalista. São frutos de uma historicidade e de um modo de produção que, por sua vez, as alimenta não necessariamente como superestrutura, mas definitivamente como uma réplica de si mesmo. A lógica do gênero é aliada à lógica do capital porque ambas funcionam na mesma frequência. Talvez seja apto dizer que gênero constitui os óculos — para pegar emprestada uma metáfora comumente usada para explicar conceitos kantianos — que a sociedade eurocentrada criou para classificar o mundo, através dos quais tudo é visto: presente, passado e futuro, realidade humana e não-humana, tudo constituído de uns e zeros como um código de computador, alimentando a monstruosidade lovecraftiana⁶ que é o Capital.

⁶ Referência ao notado racista e escritor estadunidense H.P. Lovecraft, famoso por utilizar em suas histórias temas sobre insignificância humana frente a entidades cósmicas e a um universo apático. Foi praticamente o fundador de um subgênero inteiro de histórias de terror mais propriamente estabelecidas como metáforas para a sociedade colonial capitalista em obras de autores contemporâneos como o mangaká japonês Junji Ito (2020), o autor estadunidense Thomas Ligotti (2008) e a autora mexicana-canadense Silvia Moreno-Garcia (2020).

2. Método

A pesquisa consistirá primariamente em uma análise textual discursiva (MORAES; GALIAZZI, 2006) dos livros do quórum, de maneira a criar uma rede comparativa entre eles, trazendo à frente os temas que tangenciam o gênero e permitindo uma compreensão mais profunda do que cada um deles tem a dizer de maneira singular, mas também como integrantes desse grupo maior.

É preciso ressaltar que nunca haverá uma leitura única ou objetiva de um texto qualquer. Ler é em si significar, e esse ato de significação depende intrinsecamente das referências e da experiência do leitor em questão (MORAES, 2003). Por esses motivos, a analítica preocupa-se com a compreensão mais aprofundada dos textos e temas, no lugar da testagem de uma hipótese central (Ibid.).

O trabalho acontece em três etapas principais: Na primeira etapa, são criadas, de maneira clara, subcategorias a partir de elementos analisados dos textos; na segunda, essas são reunidas em categorias, o que gera uma espécie de árvore, que vão das mais específicas às mais abrangentes, ou seu oposto, dependendo do método de análise escolhido (Ibid.). É nesse movimento que surgem interpretações e descrições, além de novas compreensões possibilitadas pela análise. O ato de explicitar as categorias e as conexões entre elas é vital para a expressão dos argumentos. O processo de aglutinação de subcategorias cria novas categorias que, por sua vez, podem novamente ser aglutinadas. Na terceira etapa, o analista constrói um metatexto com base no *corpus* selecionado, que pode ser escrito de maneira mais descritiva ou mais interpretativa. O resultado é sempre algo incompleto que necessita crítica constante, sendo apenas mais um elo na corrente interminável da produção de conhecimento constantemente mais rigoroso e claro.

No conjunto, as três etapas são: a desconstrução dos textos abordados, no que referenciam o tema selecionado, a criação de relação entre eles e a captação de significados emergentes. Isso por sua vez gera novos textos, criando um efeito recursivo entre as etapas (Ibid.).

3. Análise

3.1. Por que gênero?

“And after a long time trying to apply that as insight, we nod and stop and consider again and must finally ask: What if etymology is fucking useless? What if it is worse than useless?”

- China Miéville, *Afterweird: the Efficacy of a Worm-Eaten Dictionary* (2012)

Conceitualmente, gênero é um tema complicado, até mais do que se imagina em um primeiro momento. Do ponto de vista histórico, ele passou a ser utilizado com mais frequência após o psicanalista estadunidense Robert Stoller, em uma conferência em 1963 (HARAWAY, 2001), utilizá-lo para denotar a diferença entre o ‘corpo natural’ e o aprendizado social.

Desde então, um conjunto de teóricas feministas da anglosfera buscou aprofundar e ampliar o conceito, culminando em um movimento que critica a validade da conjecturada separação entre o ‘sexo’, supostamente marcado pela biologia, o corpo pré-cultural, e o gênero como seu par na cultura (ROSCOE, 2000), ao apontar que na realidade a própria definição de sexo mudou severamente com o tempo, sem nem mencionar as mudanças presentes em culturas diferentes ao redor do mundo em cada dado momento (ROSCOE, 2000; LAQUEUR, 2003). O que se considera como esse suposto marcador objetivo, científico, médico, a partir do qual toda a estruturação social se constrói é tão arbitrário quanto o gênero que busca sobrepor. Fato observável não só nas assim-chamadas anomalias, nos casos que enevoam as fronteiras aparentemente tão sólidas e óbvias, nas pessoas que hoje chamamos de intersexo, ou mesmo em todas as outras formas dessas supostas ‘estranhezas biológicas’, que certamente abarcam todas as outras letras do acrônimo LGBTQ e muitas outras; mas também na contradição eterna que essa própria — suposta — racionalidade traz, conforme Roscoe (2000, p. 124):

what constitutes anatomical sex, which organs (or fluids or physiological processes) are considered the signs of maleness and femaleness, have been shown by scholars in several fields to be as much social constructions as what has been termed ‘gender.’⁷

Fica claro, portanto, que o ‘sexo biológico’ é tão socialmente determinado quanto o gênero, arbitrário e vago. A conversa contemporânea que gira em torno de cromossomos ou níveis hormonais e seus afins fundamentalmente falha em

⁷ “o que constitui o sexo anatômico, quais órgãos (ou fluidos ou processos fisiológicos) são considerados sinais de masculinidade e feminilidade, tem sido demonstrado por estudiosos de vários campos como construções sociais tanto quanto o que pode ser chamado de ‘gênero’”. (em tradução livre)

compreender que essas medidas também são arbitrárias — e os conceitos que buscam solidificar preexistem à formulação dessas áreas de saber. Por exemplo, os chamados cromossomos sexuais são coisas que existem, porém sua definição como cromossomos *sexuais* é arbitrária, e não em pequena parte, porque ninguém se preocupa em realizar um cariótipo antes de escolher os pronomes que usará para referir-se a uma desconhecida, ou nome que dará a um filho.

Mais do que isso, o historiador Thomas Laqueur aponta em sua obra *Making Sex: The Body and Gender from the Greeks to Freud* (2003) que durante o período feudal europeu o oposto era verdade. Usando como exemplo o caso de uma ‘menina’ que “espontaneamente desenvolveu um pênis” após correr perseguindo porcos (LAQUEUR, 2003, p. 127), ele aponta que o comportamento aprendido, o ‘corpo cultural’, era em si visto como a base primária sobre a qual o corpo físico se construía. Pensando mais profundamente no assunto, esse fato parece correr logicamente da realidade social do período, já que com a influência da Igreja sobre a vida das pessoas, a ‘alma’, e, portanto, o comportamento, era visto como o *a priori* central, que definia a matéria, o corpo, como uma mera variação imperfeita daquela primeira.

Podemos até mesmo pensar nessa arbitrariedade em termos de suas imposição nas espécies extra-humanas. Por exemplo, podemos citar certas espécies de lagartos que detêm como seus ‘cromossomos sexuais’ os chamados W e Z (ODIERNA et al., 2001) — no lugar dos X e Y em humanos e outros mamíferos —, mas que ainda são vistos como correspondendo a ‘machos’ e ‘fêmeas’, com sua definição escapando à designação cromossômica em um exemplo daquilo que é chamado de *moving the goalpost*, ou seja, uma mudança discreta no direcionamento da finalidade de uma discussão. Não há nada necessariamente errado nesse processo que no final das contas é uma espécie de antropomorfização, nem que sejam categorias proibidas ou inúteis para estudiosos de sistemas não-humanos — sejam eles quais forem —, mas o argumento de que genética — e seus afins nas ciências biológicas — dita de qualquer forma a interpretação humana de sexo e do gênero é extremamente falho. É extremamente desonesto — sem nem falar em completamente anacrônico — fingir que qualquer definição de sexo ou gênero está de qualquer modo limitado a conversar com as ciências biológicas, principalmente no que diz respeito aos cromossomos sexuais/homeostase hormonal e outros fenômenos muito mais recentes do que qualquer manifestação da lógica do gênero — sem nem entrar na conversa de que

mesmo essas ciências trazem seus próprios questionamentos a tais análises pobres quando adentrando a complexidade humana, tanto no que é visto como 'variação', como por exemplo os diversos modos diferentes de intersexualidade, como no que é tido como 'linha de base'.

O próprio conceito de gênero vem sendo problematizado nos últimos tempos, justamente por se tratar de uma formulação dos países do Norte Global e que frequentemente centra o próprio pensamento colonial em detrimento do resto do mundo. Definitivamente não ajuda que muito do que foi escrito na década de 90 e que compõe essa perspectiva crítica de gênero é, em si, insuficiente para entender adequadamente alguns fenômenos como, por exemplo, a mera existência trans — alguns dos trabalhos podem até ser considerados um tanto, ou um muito, transfóbicos.

De qualquer jeito, o fato é que para pensar no agora, para buscar um jeito de avançar nessa discussão, algumas concessões precisam ser realizadas e, por mais que a expressão 'gênero' talvez se prove inadequada em um futuro próximo ou distante, no momento do agora não temos muitas alternativas que se provam boas. É importante lembrar das perspectivas que algumas vezes são apagadas justamente pelas alternativas que buscam expor os problemas com 'gênero'. O exemplo notável, mas nem perto de único, disso sendo a terminologia 'relações sociais de sexo' e o apagamento das diversas experiências que ele traz (KRYLOVA, 2016).

Quando se trata da questionamento do conhecimento vigente, a frase que serve de guia é aquela supostamente dita por uma senhora anônima em uma conversa com William James, filósofo e psicólogo estadunidense do final do século XIX, "It's no use Doctor — it's turtles all the way down" (ROSS, 1967, p.V): são tartarugas até lá embaixo; o questionamento em si já é metade do processo e sua recursão é infinita.

O que parece importante por enquanto é reconhecer os limites das terminologias utilizadas, conforme aponta Joan Scott (1986, p. 1053): "those who would codify the meaning of words fight a losing battle, for words, like the ideas and things they are meant to signify, have a history"⁸. Cabe reconhecer a construção de conhecimento acima de tudo como um processo, um processo interminável. Reconhecer que o mundo não só poderia não ser o que é, mas também não será. O futuro certamente não detém uma gama infinita de possibilidades brilhantes na marcha

⁸ "aqueles que tentam codificar o significado das palavras lutam uma batalha perdida, pois, assim como as ideias e coisas que elas buscam exprimir, as palavras têm uma história". (tradução livre)

interminável do progresso, mas se tem uma coisa que ele com certeza trará é mudança.

3.2. Silêncios

“Silence creates its own violence.”
-Jeff Vandermeer, *Annihilation* (2015)

Para o mundo eurocentrado, gênero é como o ar. É aquilo que faz tudo circular, um suposto significante único e universal (ROSCOE, 2000), ou melhor, é assim que parece que se trata do assunto, como se essa assunção fosse verdadeira e inquestionável, atemporal e transcultural. Uma realidade invisível em sua onipresença, aquilo que inscreve o significado das pessoas. A identidade tida como pré-requisito para adquirir outras identidades (Ibid.) — seja lá o que ‘identidade’ queira dizer (GEUSS, 2021).

É falando e discutindo sobre esse contexto que o livro “A História da Sexualidade” (FOUCAULT, 1997) se insere. Não seria, portanto, uma grande surpresa ouvir que diretamente do gênero se fala pouco no livro. Existem rumores que o que restou desse último livro do autor era apenas a primeira parte de um trabalho maior e que a segunda parte buscava justamente discutir as noções de ‘sexo’ do mundo europeu.

A verdade é que o que poderia ter acontecido pouco importa, e o que nos resta é o texto e o contexto — que não deixa de ser parte do texto.

Em forte contraste com outro movimento filosófico da época, o Estruturalismo, que buscava as diferenças naquilo que é presente, o pós-estruturalismo tenta entender aquilo que fica velado, aquilo que se assume como base a partir da qual o resto surge — simplificando ambas as correntes teóricas de maneira bastante grosseira, obviamente. Tomadas as devidas proporções, isso está no centro da filosofia de Foucault, e também está, de maneira até mais explícita, na do filósofo franco-magrebino Jacques Derrida.

A ideia é que o conhecimento não é neutro, mais do que isso, o conhecimento não pode ser neutro. Qualquer afirmação depende de uma série de afirmações anteriores; qualquer área do saber depende de uma teia de suposições interconectadas sem as quais ela simplesmente perde o sentido. Desse jeito, algo não é só definido por sua diferença com outras coisas, mas também por toda essa rede anterior, pelos vazios que compõem o espaço ao seu redor, pelo óbvio — que frequentemente não é muito óbvio. O objetivo não é chegar ao conhecimento puro, à coisa em-si de Kant ou à suspensão de preconceitos que levam ao saber mais puro; o objetivo, se é que se pode dizer que há um, é justamente o contrário, como para as tartarugas proverbiais: é perceber que sempre há mais uma tartaruga — e mais uma e mais uma... —, todo conhecimento é repleto de vieses, é carregado de historicidade, de politização. Conhecimento é política; as duas coisas são indissociáveis.

O perigo desse processo de constante desconstrução, constante historicização e constantes afirmações de que são “apenas pessoas de seu tempo”, já foi denotado por diversas pessoas: é cair em um relativismo completo, de tudo e de todos. Porém, o objetivo de um exercício como este está menos relacionado com uma afirmação sobre o funcionamento mecânico do mundo humano e mais com a interpretação e construção de uma visão mais abrangente do tempo e da realidade das pessoas que vivem agora e que viveram no passado, buscando novas possibilidades para as pessoas que viverão num futuro.

Sobre os silêncios, Foucault (1997, s/p) aponta:

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apóiam e atravessam os discursos.

Devemos nos perguntar: Quem pode falar sobre gênero? A quem cabe essa discussão? Por que a ele(a)s? Como discutimos o tema? Por que usamos esse tipo de linguagem?

Como uma pequena anedota sobre a temática: fiz um estágio em uma escola estadual na qual, após a pandemia de 2020-2021, algumas estudantes voltaram para as aulas durante/após uma situação de ‘transição’. A primeira coisa que foi solicitada das estagiárias foi justamente iniciar com os estudantes e professores uma conversa

sobre gênero; certamente um objetivo nobre, aceitar e compreender melhor aquilo pelo que uma estudante/colega passava; porém, é curioso pensar que se não fosse esse o caso, se ninguém estivesse (visivelmente) ‘transicionando’, pergunto-me se o tema teria surgido. Não é como se as pessoas trans existam apenas após seu processo de ‘transição’, como se o tema gênero — como a tijolada extremamente abrangente e epistemologicamente encrascada que é — fosse apenas relevante para estudantes trans. Na verdade, a sensação geral ao longo dessas conversas era que o termo estava sendo usado como eufemismo para dizer: expliquem para as ‘crianças’ — a escola era de ensino fundamental II; então; dificilmente descreveria as estudantes como ‘crianças’, necessariamente — o que é essa “coisa” porque eu não consigo. Além de se tratar de exposição desnecessária das estudantes, porque, francamente, elas são ‘o motivo’ pelo qual a conversa está sendo iniciada, também muito fundamentalmente perde-se a complexidade do tema, que ganha o tom de ‘anormalidade’; é uma conversa a ser tida *sobre* — e não *com* — os outros, a temática: mais uma encrascada a ser despejada nas estagiárias de psicologia.

Cabe aqui, também, uma breve discussão sobre o modo como falamos de gênero, como falamos dos diversos modos de ‘transição’ e existência. Precisamos nos perguntar por que a discussão sobre as pessoas trans gira tanto em torno dos processos de ‘transição’, por que se fala tanto da ‘disforia de gênero’ como característica fundante desse modo característico de ser, quando, na realidade, o desconforto com sua apresentação de gênero não só não é pré-requisito para ser trans — não importa o que o manual de sua escolha disser —, mas também, definitivamente, não é exclusivo delas?

A pergunta, no final das contas, é por que? Por que falamos de gênero como se fosse o Elefante Branco? Como se fosse um estrangeiro perpetuamente condenado a ser observado de maneira externa e distante? Por que usamos da lógica perversa que tão frequentemente substitui a palavra ‘mulher’ por ‘gênero’, buscando um eufemismo para aquilo que é tão fundamental ao pensamento eurocêntrico? Por que todo esse silêncio?

Foucault (1997) diz que o que não é regulado ou transfigurado para/pela geração não possui eira, beira ou verbo sob o paradigma da Modernidade europeia, porém, parece que a questão é até mais complexa do que isso. A geração, a reprodução, seria, afinal das contas, uma espécie de princípio orientador do mundo

cristão, mas essa mesma aparece menos como o mecanismo biológico nela implícito e presente na biopolítica, e mais como uma tentativa de autoperpetuação de um modelo social vigente, do Estado-Nação, do Capitalismo, da Sociedade de Classes e dos ‘sujeitos’ que os compõem e talvez, realisticamente ou não, o silêncio acerca do que tratamos como gênero seja uma parte integral desse modo de pensar, criando toda uma formulação que no nível pessoal não serve senão como motor de infelicidade, mas no nível coletivo garante a manutenção do *status quo* através de extrema violência.

3.3. Historicidade — A Análise do Passado com os Olhos do Presente

“They take everything from you. Even your imagination. Then and now.”
- Jordy Rosenberg, Confessions of the Fox (2018)

Quando se estuda gênero, o que rapidamente se percebe é uma mistura de várias questões maiores que interagem entre si de um jeito particularmente curioso.

Um exemplo disso está relacionado à perspectiva: o mundo foi colonizado. Medir palavras seria inútil: com a colonização a realidade foi achatada, tornou-se uma ferramenta útil para o campo de batalha e um dos inúmeros territórios destoantes dessa batalha — que frequentemente era mais próximo de uma tentativa de genocídio unilateral — foi o gênero. O problema é que os escombros são praticamente invisíveis; como descrever algo que não pertence mais à língua? Algo que nunca pertenceu? Como entender aquilo que você escuta quando não tem nenhuma referência?

Roscoe (2000) aponta que um dos maiores problemas enfrentados na descrição da relação das populações indígenas com o gênero foi a completa carência de uma linguagem que permitisse descrever aquilo que muitas vezes ia além de gênero, sexualidade e religião; algo que conectava todos esses elementos e muitos outros; a existência uma espécie de função social que não era compartilhada pelos colonizadores europeus.

É claro que também não houve muito esforço de compreensão. Os Conquistadores espanhóis ficaram felizes o suficiente em alimentar os ‘anti-naturais’ aos cachorros, algumas vezes literalmente (ROSCOE, 2000). Os estadunidenses, mexicanos, brasileiros, se contentaram em mascarar, suprimir, retalhar e destruir as

culturas vistas como primitivas, fingir que eram espectros do passado, restos de escuridão que inevitavelmente se renderiam às luzes do progresso.

Em *Changing Ones*, Roscoe (2000) comenta sobre um historiador que recebera críticas da comunidade científica por referir-se às pessoas da antiguidade romana — em si um termo um tanto complicado, já que o império romano durou em torno de 1000 anos e ocupou um território muito grande, fazendo com que quaisquer generalizações sobre ele sejam dúbios — como sendo ‘gays’. O argumento é que gay seria um termo mais acoplado à contemporaneidade, perpassando um tipo particular de relação entre sexualidade, comportamento e cultura que são simplesmente incompatíveis com esse passado. A sugestão da comunidade científica do momento — e do próprio Roscoe — era a utilização do termo homossexual no lugar dele, sendo mais descritivo e apropriado. Há um problema, porém, nessa lógica: ela é, ironicamente, um tanto deshistoricizada. O termo gay não é mais socialmente dependente do que o termo homossexual (KATZ, 1995). Um romano dessa época dificilmente se descreveria como “homossexual”, já que esse tipo de lógica nem mesmo fazia sentido (LAQUEUR, 2003), portanto, ele não era ‘homossexual’ mais do que era ‘gay’. Ele era ou ambos ou nenhum, já que nenhum dos dois encapsula sua realidade e experiência de um modo que não o torna fundamentalmente entrelaçado com o nosso presente que não existiria para ele para os próximos 1500 anos, tornando qualquer argumento sobre o assunto completamente vazio.

O resultado é que a tentativa de conceptualização do passado, de sua recriação em termos científicos — ou literários —, depende menos do passado como tal (CLIFF, 1994) — já que ‘o passado como tal’ é funcionalmente impossível de ser alcançado senão por seus efeitos no presente — do que de um presente que repensa, reanalisa, recria e compreende o que foi em sua relação com o que é — frequentemente de maneira a higienizá-lo e mitologizá-lo, garantindo que condiga com aquilo que o presente considera como correto e moral; genocídios são apagados, escravidão minimizada ou esquecida, golpes viram contragolpes ou proclamações, tortura esquecida ou um ‘mal necessário’, e assim por diante.

Longe de querer dizer que o passado não existe, ou de uma afirmação metafísica sobre o poder das narrativas, isso significa que, como para a reprodução artística de Benjamin (2017) ou, no polo oposto, e mais comicamente, a Disneylândia

de Baudrillard (1981), nossa visão do passado não é senão uma espécie de ficção (CLIFF, 1994), de reprodução.

Para ilustrar essa relação ficcionalizada com a historicidade (ibid.) vamos a um exemplo:

The Terror é um livro do escritor estadunidense Dan Simmons publicado pela primeira vez em 2007. Ele conta uma versão ficcionalizada da história da expedição de John Franklin em busca da passagem noroeste pelo mar Ártico. O livro não está muito preocupado com os pormenores da viagem em si, mas com a relação entre os marinheiros e seu ambiente. O interessante do livro é que ele definitivamente não tem vergonha de descrever suas personagens principais, todas homens da classe dominante do Reino Unido, como os racistas, homofóbicos, sexistas, autocentrados e, de maneira geral, desagradáveis. Apesar disso, há uma busca pela humanização dessas personagens, gerando um empuxo interessante que nos lembra dessa desconexão entre o passado e seus valores, e o presente. As personagens são pessoas, pessoas perdidas na história, não os bravos soldados de sua Majestade, que cantam sobre como Britânia dominará os mares, máquinas propagandísticas imparáveis, mas como simulacro de seres humanos, com algo que se assemelha à complexidade. Ao longo da história, outro tema se apresenta, a temporalidade, presente em diversos motivos ao longo do texto, mas mais importante para nossa discussão, na forma de duas personagens: os marinheiros de baixa patente Bridgens e Peglar. Eles são dois antigos amantes e o par para contrastar os ‘antagonistas’ — se é que podem ser descritos como tal —, Hickey e Manson; esses quatro são todos ‘sodomitas’, o termo historicamente relevante para a descrição de homens que se relacionam com outros homens — embora Peglar, provavelmente seria descrito como bi/pan/omnissexual atualmente. A relevância dessa oposição é uma que precisamos interrogar antes de prosseguir com a análise, uma das características mais prontamente evidentes e claras da distinção entre esses dois casais é o fato de que, conforme afirma o capitão da expedição John Irving, existem dois tipos distintos de ‘sodomitas’ na marinha: o primeiro é o que mantém suas atividades em terra firme, e o segundo é o que as pratica no navio — não é preciso ser muito familiarizado com o período histórico para saber que isso era crime, punível com a morte dos envolvidos —, talvez também não seja surpreendente que Peglar e Bridgens pertençam ao primeiro ‘tipo’, algo que em si aponta um certo viés por parte do autor. Digressões à

parte, o motivo pelo qual Peglar e Bridgens são um exemplo da relação que o livro tem com historicidade é que eles bem explicitamente representam o tipo de relação interpessoal e criação de conhecimento experienciados na 'Antiguidade Helênica' — novamente, um termo talvez não muito apropriado, considerando sua amplitude. A relação romântica e sexual — no passado — entre os dois é retratada como fundamentalmente interconectada com o desenvolvimento pessoal e de conhecimento das partes envolvidas; eles são as pessoas com maior conhecimento dentre todos os membros da expedição e discutem temas diversos de ciência a filosofia com muito mais fluidez e proximidade de uma visão contemporaneamente vista como aceitável do que os outros. Bridgens, em particular, parece ser um análogo a Sócrates, criando o conhecimento através da fala, através de questionamentos e de perguntas. O resultado de tudo isso junto com seus elementos sobrenaturais é um livro que fundamentalmente questiona o centro de nossa relação com temporalidade, com a noção de linearidade e, acima de tudo, de progresso — algo que a esse ponto já meio lugar-comum, mas que nunca deixa de ser importante.

O presente, o agora, interroga o passado, o 2007 e as escolhas do autor, sua sutil e definitivamente-ainda-ali homofobia. 2007 interroga 1848, suas práticas sociais, suas crenças, seu desequilíbrio de poder, sua confiança feroz na superioridade britânica, na naturalidade de seu modo de vida, em seus ideais racistas que no final das contas levam à morte de não menos do que 129 pessoas, a maioria das quais inocentes de tudo que não seja da necessidade desesperada de dinheiro, um desespero tão grande que as leva a aceitar um trabalho em condições desumanas, escravos em tudo menos título oficial, condenados à morte pela mediocridade de seus comandantes, em nome da húbris de um Império falido. Importantemente, a Antiguidade também interroga 1848, em seus modos de vida, em sua falta de questionamentos, em suas tiranias, pequenas e grandes, e assim por diante.

O livro compreende que o que aconteceu 'de fato' com os navios HMS Erebus e HMS Terror é fundamentalmente irrelevante. Considerando que Erebus só foi encontrado posteriormente à publicação do livro — mas francamente mesmo agora que temos mais peças do quebra-cabeça —, seja lá o que está escrito neste livro de ficção, envolvendo monstros mitológicos e bruxaria, comunicação telepática e racistas ingleses, é tão real quanto qualquer outra versão dos eventos, só que responde mais à

nossa relação com o passado do que a maioria das versões que buscam ser mais ‘autênticas’ ao período, à ‘realidade’, à ‘natureza’.

A relevância desse conceito é muito grande: a história, o passado, não é um dado, uma realidade neutra, mesmo que também não seja uma *tabula rasa*. A história interroga o presente na mesma medida que o presente interroga a ela, as redes de poder que constituem as pessoas, que as sujeita, também constituem uma visão histórica. Quando o assunto é gênero, isso vale em dobro, não porque gênero é especial, mas porque a sociedade eurocentrada organizou-se muito fundamentalmente— e por muito tempo — através de uma visão extremamente restritiva de gênero e sexualidade. É verdade que essa restrição vem mudando — bem devagar, de maneira extremamente incompleta e desigual, evidenciando ainda mais os desequilíbrios ainda presentes no mundo de hoje —, mas mesmo em uma sociedade supostamente mais aberta essa visão se perpetua através da política, através da linguagem, através do modo como vemos o passado, o modo como marcamos o mundo a nosso redor.

O fato é que mesmo em “A História da Sexualidade”, Foucault raramente discute gênero abertamente. Quando fala do corpo, esse frequentemente é marcado pelo poder, mas pode ser lido como distinto dele de um jeito que talvez não seja particularmente útil para a realidade atual. Laqueur (2003) aponta — de maneira, para ele, positiva — que Foucault, em última instância, parece também querer uma espécie de ‘retorno ao corpo’, um retorno, que parece, a um momento pré lapsário, extracultural.

Uma análise mais interessante passa justamente pelo modo como o dispositivo da sexualidade, que cria o prazer, que cria a noção de sexo como verbo, contribui para a criação do sexo como substantivo, do gênero, e que é através desse processo de criação, de focalização, de inscrição, de cultura, de conhecimento, que podemos ver o passado. O corpo é inscrito pela cultura, mas também pertence a ela.

De certo modo, só podemos imaginar o que já somos, ou o que já podemos conceber em ser. Portanto, a não-discussão — que de certo modo faz parte de seu momento histórico e que já fala alto — faz parte da visão foucaultiana centrada no mundo europeu com olhar europeu, e, portanto, perde um pouco desse lado que

abrange uma complexidade maior, que escapa das categorias construídas e dadas como homens e mulheres, como machos e fêmeas, como uns e zeros.

3.4. Os Básicos da Biopolítica

A biopolítica, ou biopoder, é um conceito introduzido por Foucault em *A História da Sexualidade Vol. 1: A Vontade de Saber* (1997) que busca descrever, de maneira direta, o modo como os mecanismos de poder constroem sobre o corpo biológico humano todo um aparato regulamentador. Ele certamente pode ser interpretado como a tese central do livro, através da qual todas as teses menores perpassam e juntam-se em um amálgama.

Para começar a defini-lo, porém, é necessário entender algumas coisas que servem de ponto de partida para o entendimento mais completo do termo e de sua utilidade: em primeiro lugar, precisamos entender o conceito de poder para Foucault. Diferentemente das concepções mais usuais onde o poder é algo que se exerce, algo que flui de cima para baixo, algo a ser manipulado pelos poderosos, para Foucault, o poder existe como uma teia presente em todas as relações sociais (FOUCAULT, 1997), ele é o substrato de todos os tipos de interação social e é através dele que a pessoa é subjetivada (FOUCAULT, 1982), construída, formulada.

Esse último processo é explorado por Foucault em três categorias: a primeira é o processo de construção do sujeito com base nas ciências, seja através da linguística — o sujeito da fala —, da economia — o sujeito do trabalho — ou da biologia — o sujeito dos processos biológicos (ibid.); a segunda é o processo de separação que pode ser interna e externa, o processo que define e cataloga alguns como ‘sãos’ e alguns como ‘loucos’, alguns como ‘cidadãos de bem’ e alguns como ‘criminosos’ (ibid.), e através desses processos cria o campo objetivo que dá às pessoas sua subjetivação; a terceira é o modo como as pessoas subjetivam a si mesmas, por exemplo, através de seu autorreconhecimento como sujeitos de uma sexualidade (ibid.).

É justamente essa subjetivação individualizante que marca o Estado Nação moderno e eurocentrado (ibid.) e que o legitima, que transforma as pessoas em sujeitos governáveis. Algo que não pode ser confundido com um processo totalmente

pacífico ou totalmente odioso. Exercer poder requer violência e ‘consentimento’⁹ (ibid.), normalmente ambos.

A biopolítica, então, é composta por formas através das quais o corpo é controlado, adestrado, criado e desenvolvido (FOUCAULT, 1997). Ela pode ser didaticamente dividida em duas subcategorias que conversam e interagem entre si. Foucault as descreve como polos: por um lado, é o pensar no corpo como máquina, como força de trabalho, como objeto dócil de controle, como parte integrada de sistemas maiores, é a anatomopolítica do corpo humano (ibid.); a segunda trata do corpo como espécie, como mecanismo biológico que precisa ser aperfeiçoado, sua vida ampliada ou encurtada (MBEMBE, 2016) segundo as necessidades específicas do momento através de uma série de intervenções reguladoras; essa é a biopolítica da população (FOUCAULT, 1997).

É importante ressaltar, porém, que processos como esses não precisam — e nem frequentemente são — deliberados ou mesmo direcionados, não se trata de um corpo regulador regendo a vida de seus cidadãos com perfeita precisão e harmonia. Muito pelo contrário, não há uma teleologia exata para qual o conjunto de pessoas caminha; mais do que isso ocorre na evolução por seleção natural, por exemplo. Por esse motivo e por conta da estruturação do poder para Foucault, esses processos são sempre repletos de falhas e de possibilidades para quebras radicais.

Os processos de subjetivação e de sujeição não só e, talvez, não centralmente, geram as situações de opressão; seus resultados nem sempre são situações ruins ou mesmo piores, eles também geram e constroem as possibilidades para as pessoas experienciarem novos tipos de prazeres e novas possibilidades para mudança (ibid.). O exemplo dado no livro (ibid.) é o modo como a biologização e patologização das sexualidades ‘desviantes’, principalmente na forma da ‘inversão’ e ‘homossexualismo’, deram aos sujeitos, até então isolados, individualizados e desprovidos de ‘unidade’, uma nomenclatura e um modo para lutar por sua aceitação e seus direitos, frequentemente através da própria linguagem que buscava isolá-los.

⁹ Consentimento, aqui, visto de maneira diferente da esperada para os dias de hoje; não o consentimento informado e positivo, mas um mais ‘neutro’ que acede no lugar de requisitar e que para os padrões atuais não é consentimento.

3.5. *Scientia Sexualis* e o Paradigma Médico

Uma das características centrais do discurso acerca do gênero na Europa do século XVII é a criação daquilo que Foucault (1997) denomina de *Scientia Sexualis*: uma forma específica de discurso em torno do corpo, da sexualidade e do gênero que busca descrever e, supostamente, tornar objetivo o conhecimento sobre o humano. Uma parte fundamental do pensamento da Ilustração busca trazer uma suposta racionalidade e frieza para um campo que ainda era visto com algum desgosto, torná-lo somente mais um campo das ciências.

Esse momento é caracterizado pelo surgimento de novos conceitos que têm em sua base noções ‘científicas’ de ver o mundo. É por conta dele que surgem as ideias das ‘perversões’ [sic] e das ‘histerias’ [sic] como uma tentativa de ‘racionalizar’, subdividir e descrever as pessoas de maneira mais condizente com o paradigma que vinha surgindo. É verdade que a ‘sodomia’ já era considerada, porém existem algumas notáveis diferenças entre o discurso criminal que era vigente na Europa — ou pelo menos partes dela — desde o período medieval e o discurso médico que passa a dominar o campo. Foucault (ibid., s/p) diz: “O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie.”

Essa consideração da existência gay como uma espécie à parte vai longe, uma vez que carrega em sua base a noção de inversão, aquilo que Foucault (ibid.) descreve como um “hermafroditismo [sic] da alma”, uma “androginia interior”. Segundo as descrições de autores como Krafft-Ebing (apud. MULDER, 2021¹⁰), as pessoas gays detinham dentro delas um pedaço da ‘alma’ do ‘sexo oposto’. Como outras ‘doenças’, ela progredia, partindo do experimentar atração pelo mesmo ‘sexo’ e concluindo-se em uma sensação de transformação completa no outro ‘sexo’. Uma descrição interessante do fenômeno não somente por conectar explicitamente sexualidade com gênero de um jeito extremamente profundo — vale apontar que essa parte do pensamento ‘Ilustrado’ parece condizer com/seguir-se do pensamento medieval, com o melhor exemplo aqui sendo ‘a menina que espontaneamente desenvolveu um pênis após perseguir porcos’ da qual Laqueur (2003) fala —, mas também por revelar-se presente até os dias de hoje à sua própria maneira, mesmo em certas teorias supostamente mais ‘desconstrutivas’.

¹⁰ Timestamp - 15:58-18:54

A mudança de ‘sodomita’ para ‘invertido’ também denota uma mudança nas preocupações centrais do Poder da época. Pode-se dizer que se no primeiro momento a preocupação central era em prevenir a ação, o ato ‘sodomita’, algo que um ‘homem’ faz com outro (FOUCAULT, 1997), o segundo momento, porém, é caracterizado por preocupar-se com o ato e com o pensamento (ibid.). É notável, também, que a inversão seja (quase)ironicamente andrógina — já que o conceito, embora ainda extremamente desigual, aceita também que ‘mulheres’ possam ser invertidas, enquanto a sodomia não permite que esse seja o caso¹¹—, e acima de tudo algo que vai além do ato em si, algo que fala de sensações e desejos e experiências de um jeito que a ‘sodomia’ nunca poderia.

A realidade curiosa dessa mudança do ‘sodomita’ ao ‘pervertido’ e ‘homossexual’ é que embora ambos tenham uma conotação bastante negativa, o ‘sodomita’ como criminoso — e ainda por cima reincidente, nas palavras de Foucault —, nas poucas vezes que é feito ‘pagar’ pelos seus crimes — tanto Karras (2012) como Foucault (1997) apontam o quão raro era a condenação dos sodomitas; existem até estudos que traçam os/as chamadas Mollies, trabalhadores do sexo que operavam nos portos do Reino Unido, no apogeu do império britânico, como sendo um exemplo de gêneros não-binários na Europa Capitalista (VINCENT; MANZANO, 2017) — detém agência sobre suas ações. Um criminoso é agente de seu crime de um jeito que o argumento naturalizante do ‘perverso’ como doente nunca pode ser.

Podemos perceber nesses argumentos homofóbicos e transfóbicos as raízes do movimento ‘*Born this Way*’ que é até hoje reivindicado por certos setores dos movimentos de libertação LGBTQIA+. É somente dando a esses modos-de-ser um teor biológico, um teor originalmente de doença, de patologia, de desvio e, mais recentemente — e de maneira incompleta e desigual e muitas vezes hipócrita —, de aceitação, ainda que reticente, como algo diferente, que se pode pensar nos argumentos desse tipo; de outro modo, eles não fariam sentido.

¹¹ Segundo Karras (2012), no período medieval as mulheres gays simplesmente ‘não existiam’, ou talvez seja mais apropriado dizer que não eram reconhecidas em sua existência. Por conta da própria definição de sexualidade e mais propriamente do ato sexual — sendo exclusivamente penetrativo — do momento, simplesmente não se considerava isso como uma possibilidade. Talvez, de maneira puramente especulativa, possamos dizer que a divisão sólida entre ‘carne’ e ‘espírito’ faz com que a sexualidade, sendo o ato carnal por primazia, deixe de considerar a sensação como algo que a ela pertence. Podemos também realizar a relação entre esse pensamento e as leis referentes à violência sexual até hoje, que frequentemente e explicitamente giram em torno do conceito de ‘penetração’, tornando-o, legalmente, o ato sexual ‘de verdade’.

Apesar disso, é necessário apontar que certamente esse apelo à natureza não existiria se não houvesse um apelo oposto, um argumento da suposta ‘artificialidade’ dessa existência — um argumento tão fraco e redundante que sinceramente não vale ser mais do que simplesmente mencionado — criando um certo círculo argumentativo curioso e que demonstra, mais do que qualquer outra coisa, a maleabilidade do ódio, ora canalizado através das ciências biomédicas em busca da catalogação das ‘anormalidades’ produzidas pela ‘natureza’, ora através das ciências humanas — mesmo que de maneira implícita, uma vez que muitos desses argumentos vêm mais propriamente de pessoas sem treinamento formal nesses campos — em busca das motivações implícitas sociais do fenômeno, ora através de apelos morais e/ou anti-intelectuais, afirmações sobre a auto evidência de algo que é muitas coisas e auto evidente não é uma delas.

Essas raízes questionáveis não necessariamente invalidam esses campos de luta como válidos (FOUCAULT, 1997), diga-se de passagem, muito menos como elementos importantes do passado e do presente da luta por direitos humanos básicos, mas é importante reconhecê-los como o que são, ou melhor, o porquê são o que são.

O resultado desse paradigma da naturalização da experiência humana, desse processo que pode ser entendido como biologizando o corpo, é que a ciência, como uma ferramenta e como uma mitologia (HARAWAY, 2016), desenvolve-se em um processo dialético com o corpo e com o humano. O humano transforma a ciência tanto quanto a ciência o humano. Essa ciência, que o cria e delimita através dos mecanismos da ‘racionalidade’ e da ‘naturalidade’, uma ciência que, mais frequentemente do que não, concorda com tudo aquilo que é mais cômodo àqueles que detêm posições de poder.

Um exemplo disso surge na afirmação, frequentemente por meio de pseudo-ciências, de que o casal monogâmico heterossexual tem um status de naturalidade, ou mesmo que a sociedade androcêntrica — e, portanto, misógina, homofóbica e transfóbica — detém uma forma de normalidade ou inevitabilidade. Afirmações que não surgem apenas dos suspeitos esperados, na forma dos obcecados pela imagem de ‘racionalidade’, de ‘progresso’ e das ‘ciências exatas/naturais’, dos médicos e psicólogas que usam termos como ‘inversão’ e ‘perversão’ — raramente em voz alta. Elas vêm, também, das ‘ciências sociais’, da antropologia, da sociologia; aqui, o exemplo mais óbvio pode ser Engels e seu “A

Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” (1984), mas existem muitos outros que constroem seus argumentos em cima de princípios dúbios e chegam à brilhante conclusão de que as coisas são como são porque têm que ser, que não há possibilidades de alternativas, nunca houve; sem, é claro, citar ou mesmo pensar em todas as vezes que alternativas existiram, existem e, certamente, virão a existir.

Podemos até mesmo pensar que a criação do ‘casal procriador’ europeu que Foucault (1997) menciona necessitou a criação de uma distinção bem mais sólida entre o que então passa a ser chamado de heterossexualidade e aquilo que era o Outro, não somente o Sodomita, mas todas as ‘perversões’, as ‘fraudes contra procriação’ que passam desde a masturbação até o que hoje seria denominado assexualidade, ou bi/pan/omnissexualidade e qualquer tipo de obtenção de prazer ‘sem fins procriativos’ nas relações com ‘potencial procriador’ — pode-se dizer que o discurso, capitalista por excelência, que denuncia fontes de prazer e lazer como sendo desperdício e os pobres como sendo folgados, pode ser entendido como sendo descendente direto desse pensamento, mudando a ‘procriação’ para a ‘produtividade’ ou ‘criação’

Focar na heterossexualidade em seus próprios termos, porém, invisibiliza uma questão mais profunda, porque há algo anterior que é preciso assumir antes de permitir o ‘casal procriador’: o ideal binário, a noção de diferença quase que incompatível entre ‘um sexo’ e ‘outro’; mesmo a noção de ‘complementariedade’ nos círculos menos absurdos, mas que ainda pressupõe essa distinção básica como dada, como óbvia e, acima de tudo, como necessária — afinal de contas se um ‘lado’ complementa, completa o ‘outro’, a heterossexualidade é necessária para manter o equilíbrio, ou pelo menos algo que assemelha-se a ela, simulacros imperfeitos de um ideal claro.

O estabelecimento desse Outro precisa, em primeiro lugar, estabelecer o Um. Para a criação da compulsoriedade das relações heterossexuais é preciso haver um ‘hetero’ em primeiro lugar, é preciso reconhecer a diferença, ou melhor, *uma* diferença, essa diferença em particular entre os humanos como algo que existe *a priori*, algo que escapa a necessidade de significação pois sua mera presença já fala alto o bastante: é preciso reconhecer o gênero, o sexo, como sendo composto por categorias discretas, separadas e excludentes, pontos distintos em um gráfico cartesiano — tome ele a forma mais rara e recente de espectro ou sua forma tradicional de caixas, *checkboxes*.

As ciências naturais, que outrora trabalhavam sob a noção de que havia apenas um tipo de corpo, cujo formato ideal era ‘masculinizado’ e, com isso, quanto mais longe um corpo se apresentava dessa forma, mais imperfeito (LAQUEUR, 2003), agora passam a reconhecer duas formas, distintas, sólidas e imutáveis: uma construção biológica, a-histórica e transcultural, de maneira que, mesmo nos princípios de sua subversão, essa distinção continua ser reconhecida como limitação-maior. Pode-se até reconhecer que o modo como essa distinção ocorre é culturalmente determinado, mas a distinção em si sempre deve permanecer sem sérios questionamentos.

Em resumo, o fenômeno da cisheteronormatividade europeia, necessitou, em primeiro lugar — não de maneira temporal, mas lógica; na prática, as coisas parecem ter ocorrido de maneira mais ou menos simultânea, algo que em si já demonstra sua falência como sistema explicativo — da criação dos gêneros, dos sexos binários. Algo que caminhava na contramão do que se pensava até então na região, seja por meio do *one sex-model* de Laqueur (2003), ou das tradições locais que afirmavam a existência de mais gêneros ou que permitiam uma maior fluidez entre eles (ROSCOE, 2000). É interessante notar que esse campo de saberes que ganha a validação da ciência também recebe o aval da Igreja, que condena os modos de vida ‘pagãos’ — apesar de que a Torá/Velho Testamento, originalmente menciona a existência de pelo menos sete gêneros distintos (STRYKER, 2006) — frequentemente também adotando o linguajar de antinaturalidade, só que dessa vez com o natural sendo, supostamente, ditado por uma divindade — apesar de que as traduções de textos com cerca de 1500~2000 anos de idade são tão influenciadas pela cultura e pelo que o tradutor quer do que pelo texto original.

Com a compreensão de que mais importante do que o corpo ‘em si’ é o conhecimento que se estabelece para e por ele (NICHOLSON, 1994), podemos ver que o desenvolvimento e criação do ‘corpo como espécie’ e do ‘corpo como população’ é, também, fundamentalmente perpassada por isso. A biopolítica é justamente esse saber sobre o corpo, um saber que cria seu objeto e o torna sujeito a ela. Seu objeto por excelência é corpo humano, um corpo que se torna cultivado para e pela relação heterossexual e procriativa.

O resultado é a criação de uma subjetivação, de pessoas e de corpos para e pelos mecanismos de poder, sujeitos governáveis inclusive através de sua ‘força reprodutiva’; daí o pânico contra as ‘fraudes’ (FOUCAULT, 1997), contra os métodos

contraceptivos, contra o aborto e, centralmente, contra a diversidade, seja ela de 'gênero', de 'sexualidade', de 'capacidade', de 'raça'; é o medo da perda de algum grau desse controle, da complexificação das relações humanas que por sua vez complexifica o mundo. A vida 'familiar' — leia-se privada, sexual e relacional — é, afinal de contas, também uma espécie de espelho constitutivo da vida social e, importantemente, perder o 'controle' sobre ela é também perder o controle sobre o *corpus* da população.

Esse fato está intrinsecamente relacionado às tecnologias confessionais de que Foucault fala, no sentido de que o controle exercido busca ser totalizante. Não é mais suficiente simplesmente manter suas ações sob controle, o pensamento também deve ser mantido em xeque — novamente assumir uma distinção entre as duas coisas talvez não seja particularmente útil em qualquer circunstância que não seja a retórica.

Ainda assim, é importante lembrar que esse processo não é nem onipresente e nem onipotente. Ao redor de todo mundo, existiram e ainda existem muitas pessoas e grupos que o desafiaram, algumas vezes de maneira explícita, algumas sem nem mesmo perceber. A historicidade humana é caracterizada por incompletude e uma certa dose de fluidez, o que quer dizer que as brechas nesses sistemas surgem em parte das contradições e hipocrisias presentes internamente dentro deles próprios — nesse caso em específico podemos ressaltar as ações sobre os territórios colonizados e o deslocamento da violência que ocorreu da matriz para eles —, é verdade, mas algumas vezes existem quebras radicais que ocorrem de dentro e são catalisadas pelas próprias condições geradas pelo sistema em vigor.

A sexualidade, e por conseguinte o gênero, não é particularmente selvagem no sentido de que se apresentaria como uma espécie de 'clamor indomável' (FOUCAULT, 1997), muito pelo contrário, ela também é formulada e depende das estruturas sociais para sua própria formação, mas isso não quer dizer que não haja espaço para questionamento ou para mudança.

3.6. Colonialismo

“They moved from town to town in mute processions with Wally hoisted on a pole, the automatic mouths strapped to his face and loaded with language... the sound sweeping before them through the long, silent summer and into autumn, until winter arrived to impose it's armistice of snow, the war a white page on which the enemy stood hardened in postures of flight: an alphabet of frozen gestures in which Wally searched vainly for some semblance of meaning”

É importante realçar que a discussão a seguir sobre colonialismo é, por necessidade, incompleta, pois o tema é simplesmente grande demais para ter todos seus pormenores discutidos, principalmente de maneira a manter-se no tema central discutido neste trabalho.

Com isso em mente, é simultaneamente necessário dizer que qualquer discussão sobre gênero está categoricamente incompleta sem uma discussão sobre sua forma material mais importante, o colonialismo. O processo de subjugação de grande parte do mundo sob a Europa foi e é violento, e também teve como consequência um centramento do pensamento europeu em detrimento da polifonia que outrora existira. A realidade da colonização tem consequências materiais graves para os povos massacrados e vitimados pelo genocídio, para as terras arrasadas; as justificativas — até hoje presente nos discursos oficiais e extraoficiais — sempre foram diversas, porém, quase sempre passando pela ‘missão civilizatória’, por um suposto bem maior que parece só fazer o bem pelos dominadores.

O colonialismo é um dos âmbitos no qual a materialidade do gênero é mais clara e tangível, não apenas em seu projeto de aniquilação das culturas locais (ROSCOE, 2000; MIRANDA, 2010), mas também nos processos diversos de resistência e diálogo. A fronteira entre o mundo europeu e o mundo não-europeu era também campo de embate (ROSCOE, 2000).

Até os dias de hoje, o formato reconhecido como ‘viável’ para a produção de conhecimento e existência de maneira mais ampla é construído de modo a garantir a manutenção dessa hierarquia colonial. Até os dias de hoje os países “de centro” detêm mais voz em suas opiniões. É importante apontar que muito cuidado deve ser tomado, mesmo dentro das perspectivas decoloniais, para manter um olhar crítico sobre o conhecimento gerado e aceito, uma vez que são frequentes as recriações, às vezes acidentais, de categorias coloniais repletas de problemas (SCHIWY, 2007). Isso significa interrogar as bases mais fundamentais do pensamento contemporâneo buscando repensar tudo aquilo que precisa ser repensado. Isso vale duplamente para aquelas instâncias nas quais os vieses das análises mais tradicionais se mostram mais

imbricados, por exemplo, no caso de análises que perpassam gênero, raça, subjetividade e outras ideias vitais para a manutenção do sistema colonial (Ibid.).

A suposta racionalidade colonial foi parte integrante da lógica de apagamento das culturas ao redor do mundo em favor de um sistema que buscava, acima de tudo, o controle. As tentativas deliberadas de aculturação ocorreram em todo o mundo e passaram desde a virtual destruição de diversas línguas até a destruição dos modos de organização política e social presentes em todo o mundo não-europeu. As ‘escolas’ para populações indígenas em todas as Américas são evidência maior desse fator, escolas nas quais a população era punida por utilizar sua língua, por expressar sua existência de maneira a contradizer o padrão europeu (ROSCOE, 2000). A Igreja e o ângulo religioso não podem ser desprezados. Antes mesmo do racismo como pseudo-biologia surgir, existia em sua forma evangelista — que de certa maneira persiste até hoje —, os massacres eram justificados pela conversão de pagãos, as ditas escolas eram frequentemente tocadas à mão de ferro por padres e entidades da Igreja buscando a conversão e inserção dos povos nativos no modo estruturação social europeu.

Quando Foucault (1997) nota uma ‘política sexual desigual’ que surge das camadas superiores para só depois afetar as inferiores, ficando mais evidenciada a partir do século XIX através do racismo de Estado — políticas eugenistas e higienistas internamente na Europa, pois esse projeto já havia sido executado nas colônias apesar de que seria, mais ou menos nessa época, re-intensificado —, precisamos nos perguntar não por que essa política foi executada desse modo, mas por que seria diferente.

A implementação desigual mesmo dentro da Europa permite uma extensão da lógica falsamente racional de que depende o racismo de Estado, e permite também uma justificativa ideológica para a manutenção do sistema Capitalista e por conseguinte do sistema colonial, criando explicações para os fenômenos violentos causados por esses sistemas (extrema pobreza, violência do Estado, deterioramento das condições de vida, etc.) que não explora suas causas, mas sim os motivos pelos quais tal situação seria supostamente inevitável e/ou necessária, em um processo de naturalização do modo como as coisas são. Ou seja, a imposição desse sistema de modo desigual e, especificamente, de cima para baixo, serve para ‘explicar’ as falhas sistêmicas como falhas de caráter moral e, importantemente, individual dos mais

oprimidos pelo próprio sistema, bem como traça uma falsa trajetória para sua superação de maneira individual — através da aceitação/introjeção/respeito às normas da sociedade —, e coletiva, como plano de Governo — os racismos de Estado, Higienismos, Malthusianismos e processos de aculturação.

Podemos pensar nos paralelos entre essa naturalização e biologização criada para justificar as imposições coloniais com o processo similar que ainda ocorre com relação ao pensamento — e ação direta por parte de instituições como o Estado, a Psicologia, a Educação, a Medicina e muitas outras — sobre gênero, seja na construção das falsas assimetrias — do tipo ‘homens’ são mais racionais e ‘mulheres’ mais emocionais, mesmo que sem caráter de julgamento de valor —, seja na própria construção dessas categorias como relevantes e existentes para análise, imbuindo-lhes, mesmo que não intencionalmente, de uma transculturalidade. Isso frequentemente ocorre até mesmo nas perspectivas críticas de gênero. Na verdade, é possível até mesmo dizer que o próprio conceito de gênero como tradicionalmente formulado é exatamente isso, ao responder a uma suposta distinção entre o ‘corpo biológico’ e o ‘corpo cultural’.

Qualquer análise que trate de gênero como uma temática precisa estar ciente dessa estranha contradição, mas também compreender que, ao abandonar o termo gênero, é preciso de muito cuidado com a escolha de seu substituto, já que sempre corre o risco de piorar a situação mais do que a aliviar, é preciso sempre manter em mente que pessoas trans existem, que pessoas intersexo existem, que o modo que escolhemos descrever o mundo à nossa volta importa, e que as vozes que durante tanto tempo foram apagadas e massacradas não podem, não devem, voltarem a ser caladas. Não que os rótulos que usamos para descrever o mundo e nós mesmos tenha em particular qualquer relevância suprema. Na verdade, nunca podemos perder de vista que eles são somente simplificação, jeitos de facilitar comunicação, pequenos guias para nós mesmos e para os outros à nossa volta, mas, ainda assim, a tendência quando se critica gênero parece ser a de ‘voltar’ para um sistema excludente, mesmo que não necessariamente baseado nas ciências biomédicas.

A verdade é que apesar da falta de informações sobre o assunto devido a grandes problemas com a confiabilidade de fontes que nos restam (ROSCOE, 2000), podemos dizer com alguma certeza de que antes, e frequentemente durante e após, as invasões europeias diversas, as populações nativas detinham uma verdadeira

diversidade de modos de organização que escapavam ao olhar colonial, um olhar que os chama e denomina de maneira genérica como ‘pagãos’ ou ‘selvagens’ ou qualquer coisa equivalente. Eram, também, parte integrante desses modos de organização, os diversos sistemas de gênero que perpassavam várias compreensões distintas. Roscoe (2000) diz que, apesar do problema com as fontes, é possível afirmar que a maioria das sociedades da América do Norte pré-invasão detinham pelo menos um ‘terceiro’ gênero, mesmo que como posição cerimonial.

Um exemplo curioso por sua aparente incongruência com o formato ao qual estamos acostumados são os Inuit da região do mar Ártico que frequentemente escolhiam um gênero para suas crianças antes mesmo delas nascerem. Porém, posteriormente, essas mesmas crianças tinham o direito de escolher por si mesmas, o resultado sendo a presença de muitas pessoas que hoje podemos descrever como bigênero, por pertencerem de maneira explícita e deliberada a pelo menos dois gêneros (Ibid.), ou, em um exemplo mais pessoalizado, temos a boté da sociedade Crow Osh-Tisch — aviso de linguagem questionável por parte de Roscoe (2000, p. 37) e do entrevistador:

“Scott then asked Osh-Tisch why "she" [sic] wore women's clothes, "That is my road," the boté replied. How long had she acted as a woman? Since birth; she'd been "inclined to be a woman, never a man." Had anyone, a medicine person, perhaps, told her to become a berdache[sic]?

No,"

Did she ever dream about it?

"No."

Did any spirit ever tell her to do it?

"No! Didn't I tell you that is my road? I have done it ever since I can remember because I wanted to do it. My Father and Mother did not like it. They used to whip me, take away my girl's clothes and put boy's clothes on me but I threw them away-and got girl's clothes and dolls to play with."¹²

¹² “Scott então perguntou a Osh-Tisch por que “ela” [sic] usava roupas femininas: “Esse é o meu caminho”, respondeu a boté. Há quanto tempo ela agia como mulher? Desde o nascimento; ela tinha “inclinações a ser uma mulher, nunca um homem”. Alguém, um curandeiro, talvez, disse para ela tornar-se uma berdache[sic]?”

“Não,”

Ela sonhou com isso?

“Não.”

Algum espírito já lhe disse para fazer isso?

O trecho anterior evidencia não apenas uma relação com uma realidade de gênero muito diferente da tradicional eurocêntrica em sua visão mais construcionista, mesmos tendo acontecido em um momento no qual qualquer experiência fora do padrão europeu era desconsiderada — podemos até mesmo ver a influência da cultura europeia nos pais de Osh-Tisch que não gostavam dela ser boté, uma posição que, originalmente, tinha uma importância cultural muito grande.

Mas também, além de evidenciar a vida dessa pessoa, é bastante revelador da seletividade do olhar colonial sobre as culturas do mundo; ao falar de e sobre Osh-Tisch de uma maneira similar àquela que psiquiatras da época falavam dos ‘invertidos’, perde-se o contexto de que botés não são pessoas que ‘mudam’ de gênero, que passam de um lado da linha imaginária para o outro. Na verdade, Osh-Tisch também praticava muitas das atividades mais frequentemente associadas com ‘homens’ (ROSCOE, 2000) em sua comunidade; o olhar colonial, porém, não permite que isso seja processado, ele apenas compreende as caixas binárias que criou como categorias repletas de uma suposta cientificidade.

O resultado é óbvio. Mesmo nos casos em que temos evidências da presença e existência continuada de pessoas que questionam o modo colonial de ser, eles são filtrados pelo olhar colonial, são contados na voz do colonizador que raramente liga para o fato de que está removendo todo o relevo da outra cultura e, quando liga, é porque se beneficia com o processo, criando novos modos e motivos para justificar sua violência, suas imposições.

3.7. *Hantologie* ou Aquilo que Assombra o Mundo

“Time is Out of Joint”

- William Shakespeare apud. Fisher apud. Derrida, *Hamlet, Prince of Denmark* (1998)

Ao longo da segunda metade do século XIX e caminhando até 1974, diversas cidades por todos os EUA aprovaram leis tornando crime o ‘travestismo’, o ‘cross-dressing’, o vestir-se com roupas ‘designadas’ ao gênero que não o ‘seu’ (STRYKER, 2006), um fato bastante curioso, pois denota de maneira mais ou menos

"Não! Eu não te disse que esse é o meu caminho? Eu tenho feito isso desde que me lembro porque eu queria fazer isso. Meu pai e minha mãe não gostavam. Eles costumavam me chicotear, tirar minhas roupas da menina de mim e colocarem roupas de menino, mas eu as joguei fora - e peguei roupas de menina e bonecas para brincar." (tradução livre)

perfeita algumas das realidades sociais que se tornam presentes no gênero. Fatos que servem como exemplo daquilo que Foucault descreve como uma ‘natureza que [é] suficiente[mente] relapsa para escapar à lei, mas autoconsciente o suficiente para criar espécies’ (FOUCAULT, 1997, s/p), no sentido em que pode não respeitar a dignidade da moralidade ‘humana’ — na verdade, a moralidade de uma classe específica de humanos, com sua própria historicidade e suas próprias hipocrisias. E que ainda assim essa própria natureza se dá ao trabalho de gerar quantidades grandes e consistentes o suficiente de ‘aberrações’ e ‘anomalias’, tornando necessário e, mais importante, possível, criar e gerir leis para garantir que não se infrinjam as regras supostamente naturais.

Mais do que isso, as leis em si evidenciam, invocam e evocam seu oposto. A afirmação cega que brada, que bate, que massacra e que proíbe, não tão ironicamente dá voz àquilo que abomina. O espectro de uma realidade semivivida, que existe escondida de tudo e de todos. Supostamente uma realidade repleta de vergonha e dor, uma afronta à natureza e à cultura, mas que ainda assim necessita de moções legais para garantir sua inexistência.

Está aí sua primeira existência como espectro, o gênero como um fantasma, como fundamentalmente hauntológico.

Hantologie é um conceito originalmente cunhado pelo filósofo magrebino-francês Jacques Derrida em seu livro *Espectros de Marx* (2006) e popularizado por autores como Mark Fisher e músicos como *The Caretaker* (Leyland James Kirby), e diz respeito, fundamentalmente, a duas coisas não muito distintas uma da outra. A primeira é relacionada a uma propriedade temporal, a como tudo que existe tem também uma certa existência fantasmagórica, assombrada pelo seu passado, por sua historicidade e também por suas possibilidades futuras, por tudo aquilo que ainda-não-é e tudo aquilo que jamais-será (FISHER, 2012).

“O tempo está desconjuntado” é a frase que Derrida (2006) reapropria de Shakespeare. O tempo está desconjuntado e as caixas arbitrárias parecem cada vez mais sólidas. O tempo está desconjuntado e até as fontes de resistência parecem meras repetições de um passado não muito distante. Harry Styles faz uma sessão de fotografia usando um vestido (NAST, 2020) e todo mundo perde a cabeça, como se Bowie não tivesse feito o mesmo nos anos 70. O tempo está desconjuntado e a

sensação geral é que pessoas diferentes vivem em mundos diferentes, pessoas continuam bradando slogans do feminismo radical dos anos 60 sobre ‘deusas-mães’, e o ‘espírito feminino’, feministas apenas em nome que lutam contra os direitos trans ao redor do mundo. O tempo está desconjuntado e o comitê olímpico obriga a corredora cis Caster Semanya a tomar bloqueadores de hormônios para poder continuar a praticar sua profissão (MAESE, 2019). O tempo está desconjuntado e o Reino Unido quase consegue fazer com que crianças e adolescentes não possam tomar bloqueadores hormonais apesar das evidências científicas de sua eficácia e ausência de efeitos colaterais (SIDDIQUE, 2021).

O tempo está desconjuntado e o passado é o presente que é o futuro que é o presente que é o passado que é o futuro...

O segundo aspecto da *Hantologie* está mais propriamente relacionado à evocação, ao modo como a negação de algo carrega necessariamente uma espécie de validação para aquilo que se busca menosprezar, afinal de contas, se realmente não houvesse perigo no que se nega, a própria negação seria desnecessária. Isso vale para o tipo de negação que perpassa uma tentativa totalizante de afirmação da irrelevância de algo, da tentativa de injunção ao silêncio de que fala Foucault (1997).

Algo que Derrida vê no discurso do ‘final da história’ presente durante a queda da União Soviética, na masturbação autocomplacente do fortalecimento do Neoliberalismo. “A História acabou, o Capitalismo Venceu”, como se ele tivesse começado em 1919, como se os desastres econômicos que custaram vidas de verdade de um regime, certamente autoritário, de capitalismo de Estado, indicasse qualquer coisa referente a Marx, como se a relevância do autor que morrera quase meio século antes da revolução que remove o Tsar de um país do qual Marx pouco falava fosse desaparecer magicamente.

Gênero assombra o mundo, o gênero binário assombra o mundo. É o fantasma que anima a tudo e a todos, um fenômeno invisível em sua onipresença, que coexiste e julga a todos.

É frequente em conversas sobre gênero, pelo menos para um transfóbico metido a engraçado mencionar um antigo meme do 4Chan¹³ “I sexually identify as an

¹³ 4Chan é um site de fóruns conhecido principalmente por sua falta de moderação e por ser uma das principais fontes do ressurgimento dos movimentos neonazistas de ~2016.

attack helicopter[...]”. O alvo da piada é claro: as pessoas trans em geral, mas talvez mais especificamente as pessoas trans que descrevem seus gêneros como coisas que frequentemente não são associadas com tal — algumas das quais utilizam o xenogênero como um termo genérico para autodescrição —, o objetivo do ataque é reduzir a experiência alheia ao ridículo. Acidentalmente, porém, a piada tem um sentido mais profundo do que se acredita — como exemplificado por Isabel Fall em seu conto: “I sexually identify as an attack helicopter”, de 2020. O que me parece importante dessa tentativa de redução ao ridículo é que esse suposto absurdo não soa tão estranho quando se considera que mesmo em línguas que detêm a possibilidade do uso de gêneros de linguagem neutros, muitas coisas aparentemente estranhas sejam carregadas dessa espécie de sentido. Na própria língua inglesa — que detém um gênero específico para coisas não-humanas, o *it/its/itself* — barcos são frequentemente denotados com nomes e pronomes femininos; o símbolo comumente associado com mulheres, o espelho de Vênus, representa o planeta Vênus e o elemento cobre na alquimia. O que define a mão como fundamentalmente, gramaticalmente feminina — especialmente considerando que termina em ‘o’? Por que a árvore é feminina?

Certamente são perguntas bobas, lugar-comum, mas o ponto aqui não é necessariamente uma exploração profunda do significado e contradições internas dos gêneros da linguagem. O ponto é que gênero colore o mundo, ele aparentemente subsiste em tudo. Autoras como a filósofa belga Luce Irigaray (BUTLER, 2011) e a teórica feminista francesa Monique Wittig (NICHOLSON, 1994), apesar de seus problemas próprios, são notadas por dizer exatamente isso, que mesmo [muitas d]as línguas aparentemente neutras escondem relações hierárquicas profundas e fundamentais. Muitas vezes é difícil ver as hipocrisias em nossos próprios argumentos, principalmente quando somos ativamente treinadas para não as ver. Gênero ocupa essa estranha posição pulverizada: tudo diz respeito a ele, mas nada pode ser analisado ou compreendido a partir dele, afinal de contas gênero é óbvio e fala por si mesmo, ele é um conjunto extremamente bem determinado de coisas, coisas que ‘eu não vou explicar porque elas são tão simples que nem mesmo merecem ser elucidadas’.

Gênero colore o mundo de um modo que muitas vezes não se considera. Sua realidade, como fenômeno social e como fenômeno linguístico, vai muito além do

óbvio, do designar essa ou aquela pessoa à caixa correta, corre muito mais profundamente do que muitas vezes se imagina, desde as contradições e estranhezas presentes no como atribuímos gênero à coisas, muitas delas que nem mesmo têm qualquer ordem de sentido, até o modo em que a organização social do mundo em que vivemos, que depende intrinsecamente dessa ‘generificação’, de gênero como uma ideia material de diferença (VIANNA; LOWENKRON, 2018).

3.8. Sistemas Binários

Frequentemente assume-se que a binarização — e consequente hierarquização — de categorias de análise, de tudo, de todos, é em si um modo de racionalizar as coisas, uma racionalização frequentemente associada aos sistemas patriarcais — embora talvez seja mais preciso dizer ao sistema patriarcal europeu/eurocêntrico do capitalismo nascente e seu consequente desenvolvimento. Mais especificamente sobre gênero, ou melhor, sobre sexualidade, Foucault diz:

Não devemos enganar-nos: sob a grande série das oposições binárias (corpo-alma, carne-espírito, instinto-razão, pulsões[inconsciente]-consciência) que pareciam referir o sexo a uma pura mecânica sem razão, o Ocidente conseguiu, não somente e nem tanto anexar o sexo a um campo de racionalidade. (FOUCAULT, 1997, s/p)

Essa relação direta entre uma suposta racionalização e a criação de categorias binárias é curiosa e talvez especialmente bem representada no campo da sexualidade — e, como consequência, no campo do gênero — justamente por se provar tão obviamente incorreta ou, no melhor dos casos, incompleta.

Até mesmo as oposições apontadas por Foucault parecem ser insuficientes, não no sentido que não representam uma totalidade de seus números, uma vez que, se o argumento de que grande parte do pensamento supostamente racional eurocêntrico gira em torno delas tem coerência, apontar ‘todas elas’ seria igualmente impossível e infrutífero. Porém, ainda assim é interessante notar alguns dos elementos que não foram explicitados e quem sabe nos perguntar o motivo por sua falta: apenas como alguns exemplos que parecem diretamente relevantes para a discussão podem ser acrescentados homem-mulher (ROSCOE, 2000), homossexual-heterossexual (ibid.), natureza-cultura (HARAWAY, 2016), natural-artificial (Ibid.) e, mais provocativamente, até mesmo binário/não-binário ou cis-trans (DARWIN, 2020). Certamente essas

tampouco são as únicas outras relevantes, nem no momento, mas principalmente não em um futuro, próximo ou distante; elas servem apenas como pontos de partida para uma discussão que deveria ter sido iniciada há muito tempo, mas que ninguém parece disposto a considerar de maneira séria. Sua não inclusão revela mais sobre aquilo que é tomado como óbvio, auto evidente ou relevante para o pensamento eurocêntrico do que qualquer falha pessoal de um autor ou outro — sem nem mesmo falar que algumas dessas oposições são, na verdade, discutidas na obra de Foucault, principalmente a relação entre natureza e cultura.

A busca dessas relações opostas é justamente uma suposta racionalização como condicionada pelo ideal da modernidade e da Ilustração. A racionalidade também não é um fator neutro na construção de conhecimento, mas uma realidade que depende, fundamentalmente, de sua historicidade. Se o pensamento acerca do gênero frequentemente parece descompassado e contraditório é porque, de fato, o é. Mesmo naquelas oposições oferecidas por Foucault, vemos de maneira muito fundamental um certo vai-e-vem de teorias em embate, mesmo dentro do coração pulsante dos Impérios; são embates teóricos e que dizem respeito a estruturação social do mundo, à ordem a partir da qual se deve levar a vida de cada um, e que muito frequentemente não estão de acordo por completo — apesar disso, é inegável que na hora do ‘vamos-ver’ deixam seus desacordos mais conjunturais de lado em nome de suas alianças de classe.

É também esse processo de ‘racionalização’ que permite a inserção do gênero na biopolítica, já que o torna significativo como diferença, e, portanto, *locus* possível de intervenções e análises, que por sua vez criam ainda mais justificativas para a perpetuação da própria lógica que permite que sejam realizadas em primeiro lugar. Cria-se, assim, um ciclo vicioso no qual cada argumento depende da assunção de que os argumentos anteriores estão necessariamente corretos a ponto de que os eixos iniciais da cadeia — e que também são frequentemente o resultado esperado das análises posteriores — ganham um suposto teor de auto evidência.

Sobre o próprio processo de binarização, precisamos nos perguntar, em primeiro lugar, se o ideal da diferença não esconde, necessariamente, uma hierarquização (ROSCOE, 2000). Precisamos também nos perguntar o que perdemos ao tentar separar as coisas em categorias opostas com fronteiras sólidas e claras e imóveis, e por que isso parece ser necessário.

É inclusive bastante curioso pensar naquilo que desaparece na tentativa de fazer os diferentes tempos/culturas/línguas encaixarem-se nesse formato. Stryker (2006) aponta que na versão original da Torá em hebraico são reconhecidos sete gêneros, que com o passar do tempo são completamente obliterados da realidade. As línguas modernas europeias muitas vezes nem mesmo comportam um modo de falar ou escrever sobre essas diferenças, daí surgem os argumentos estranhos que buscam nesses documentos históricos uma suposta comprovação de uma visão de mundo compatível com o conservadorismo contemporâneo. Mesmo assumindo-se que, como documentos, são relevantes para a conversa, textos são interpretados, textos são traduzidos, e a língua é uma coisa viva, palavras novas surgem, velhas desaparecem, e aquelas que restam mudam de significado. Não existe uma leitura clara e objetiva de um texto (MORAES, 2003), e isso vale em dobro para um texto que foi traduzido (WEINBERG, 2016) — que dirá um que foi traduzido de uma tradução de tradução de uma tradução... —, uma vez que traduzir é reescrever, porque línguas frequentemente funcionam de jeitos fundamentalmente diferentes, figuras de linguagem que fazem sentido em uma língua perdem-se em outra, e não é apenas uma questão de trocar a palavra “red” por “vermelho” ou “rouge”, o mar vinho escuro de Homero que o diga (ALEXANDER, 2013).

Podemos até mesmo ver o computador como o ápice da binarização do pensamento eurocêntrico. Seu sistema de lógica binária tenta recriar o complexo através do encadeamento de sistemas simples, os portões de lógica, os transistores, dividindo todas as informações em densidades de caixas uniformes, 1 e 0, ligado e desligado. O código binário trata-se de escrever informações mais amplas e complexas com apenas dois algarismos, a letra “a” vira “01100001”, “b” “01100010”, e assim por diante. É difícil olhar para tudo que conseguimos fazer com a computadorização do mundo e não pensar que esse é o limite de tudo. Constantemente, fazemos analogias diretas ao modo como nós, pessoas, funcionamos e o modo como os computadores o fazem. As palavras para memória são uma mesma, processamento também e, apesar disso, o modo como nossos cérebros, e nós, como pessoas, funcionamos é muito distinto dos computadores. Uma memória de computador é fundamentalmente diferente de uma memória humana e isso não é um problema. O que é um problema é não reconhecer essas metáforas como o que são, metáforas, não reconhecer que a simplificação binária tem suas limitações.

As ciências sociais que se inspiram nos computadores de maneira direta com suas teorias cibernéticas — sistemas regulados por feedback (TOMAS, 2000) — de sistemas fechados e controlados estão, de seu próprio modo, introjetando esse modo de pensar. Podemos chamar isso de sua própria Episteme, a Episteme do Computador Pessoal.

Existem, também, resquícios — muito menos diretos e claros — desse modo de pensar nas Teorias Estruturalistas que fundamentalmente dependem das categorias binárias que aparentemente buscam opor (ROSCOE, 2000). Aqui, a lógica da diferença aparece quase que como um fator da lógica booleana e é através dela que se entende e explica o mundo, já que uma coisa deve ser entendida menos como o que é, e mais no como difere de todas as outras.

Curiosamente, nesse momento em que até mesmo o mundo eurocêntrico parece ter redescoberto — a nível social, pois o movimento *genderqueer* é bem mais antigo do que muitas vezes se imagina (STRYKER, 2006) — as possibilidades além dos sistemas de simplificação binários, surgem os computadores quânticos, capazes de calcular para além do 1 e do 0, possivelmente anunciando os princípios de uma nova Episteme.

É importante entender também que a solução para os sistemas binários não está necessariamente na androginia, no meio termo entre pólos opostos — não que tenha nada de errado com isso, pessoas, incluindo pessoas transandróginas, tem o direito de ser quem quiserem ser. O questionamento aqui está mais relacionado ao modo como sistemas de conhecimento interagem com o mundo, do que o modo como pessoas interagem umas com as outras — uma vez que o ‘meio termo’ ainda assim implica na aceitação dos polos como polos, como dois extremos concretos, não como apenas mais duas possibilidades dentro de uma gama muito maior e complexa, Roscoe (ibid.) diz:

As long as the language for talking about gender is confined to mutually exclusive, binary terms, lesbians, gay men, and other sexual minorities are bound to come off looking bad — as defective, counterfeit, or imitation men and women. The only alternative in a dichotomous system of gender is androgyny, a mixture of the two. But the mixture is only

more of the same. Androgyny is intrinsic to a heterosexist imaginary.¹⁴
(ROSCOE, 2000, p. 210)

Podemos, por exemplo, analisar as tentativas recentes da inclusão de gêneros neutros na língua portuguesa através de uma estrutura similar: tanto no caso das terminações — e afins — em ‘e’ quanto em ‘x’, o que vemos é que no nível da linguagem — e como consequência no nível de intencionalidade — a criação não está no modo de neutralizar gênero, nem mesmo internamente na língua, mas sim na criação de um novo gênero de linguagem — não há nada errado com a criação de novos modos de expressão linguística, mas precisamos entender as coisas como elas são, não como gostaríamos que elas fossem —, basta olhar para uma palavra como ‘escultor’ e suas flexões ‘escultora’/‘escultore’ que identificamos o problema, o centro da palavra permanece no masculino, o ‘escultor’ ainda é o ponto de partida que permite flexão somente *a posteriori*.

Talvez, então, seja necessário uma certa dose de ceticismo quanto à suposta racionalidade proporcionada pelas ciências, sejam elas exatas ou humanas, e uma compreensão mais completa das condições históricas que proporcionaram a criação dos modelos a partir dos quais tentamos organizar o mundo.

4. Conclusão

“Todo Poder à Imaginação!”
-Slogan Situacionista nos levantes de 1968

Temos sérios problemas no modo como falamos sobre gênero. Como um conceito fundante da estruturação do Capitalismo moderno e do colonialismo eurocêntrico, ele raramente recebe o tipo de análise profunda e crítica que merece. Até mesmo muitas das teorias e *frameworks* que foram criados com a intenção de analisá-lo raramente seguem seu projeto até sua necessária conclusão lógica, optando, no lugar disso, por uma crítica na melhor das possibilidades vazia, superficial ou incompleta, e na pior abertamente eurocêntrica, racista, homofóbica e/ou transfóbica. Existem certas análises de vertentes decoloniais que buscam analisar

¹⁴ Enquanto a linguagem para falar sobre gênero estiver confinada a termos binários mutuamente exclusivos, lésbicas, gays e outras minorias sexuais existirão como homens e mulheres defeituosos, falsificados ou imitados. A única alternativa em um sistema dicotômico de gênero é a androginia, uma mistura dos dois. Mas a mistura é apenas mais do mesmo. A androginia é intrínseca a um imaginário heterossexista. (tradução livre)

essa intersecção, porém, muitas vezes elas também recorrem a argumentos fundados em visões de mundo inadequadas. Existem aquelas que não o fazem, e algumas acabaram não sendo mencionadas aqui principalmente por uma questão de recorte, pois seria impossível falar sobre tudo.

A história da criação do binário de gênero é, de sua própria forma, a história do Capitalismo global, a história da ciência Moderna, a história do sujeito *para* o Capital. Ao assumir o binarismo como elemento transcultural e objetivo, o que se faz é achatar a cultura global para fazê-la caber dentro dos sistemas europeus, além de simplesmente não condizer com qualquer análise minimamente rigorosa do mundo à volta do pesquisador, evidenciado claramente — apenas como exemplo, elencar todos os momentos nos quais essa ideologia falta seria excruciantemente demorado—, nas pessoas intersexo, que não são uma ‘invenção’ moderna.

As tendências pré lapsarianas¹⁵, também evidentes em parte dos movimentos LGBTQ, raramente ajudam, uma vez que confundem o que é com o que pode ser. Nosso objetivo, como pesquisadores, como ativistas e, acima de tudo, como seres humanos, deve ser contribuir para a formação de um futuro melhor, e não buscar um passado — literal ou figurativo — perfeito, antes das intervenções ‘malignas’ da ‘civilização’, — seja lá o que ambas as palavras queiram dizer em cada contexto específico —, antes de um pecado original proverbial que pode ser claramente traçado e encontrado, um retorno a uma união não-diferenciada — isso não deve entrar em conflitos com as faltas e danos reais causados pela assim chamada Modernidade e pelos Estados Coloniais como um todo.

A necessidade imediata é de reconfigurar o modo como pensamos e agimos sobre o mundo, uma espécie de política prefigurativa de gênero (BOGGS, 1977). Um exemplo disso em prática é o livro *Confessions of the Fox*, de Jordy Rosenberg (2018). Provavelmente inspirado por Umberto Eco, ele é parte ficcionalização da história de vida do famoso ladrão vitoriano Jack Sheppard, reimaginando-o como um homem trans, e parte metanarrativa — revelada através de notas de rodapé ao estilo David Foster Wallace e Mark Z. Danielewski — que conta a história do professor universitário que em 2016 encontrou o manuscrito e foi forçado a vendê-lo para um

¹⁵ Referente a uma doutrina da teologia calvinista, o Lapsarianismo, que discute a sequência dos decretos de Deus sobre a eleição e a reprovação do homem.

super-conglomerado multinacional que beira o *cyberpunk* em sua onipresença e multifuncionalidade, e parte teorização social. A melhor descrição possível é que o livro em si é fundamentalmente trans, misturando elementos reais e irreais, teoria e prática, e busca brincar com a fluidez das linhas arbitrárias que criamos para distinguir uma coisa da outra, criando um todo bricolado e extremamente único.

A busca é por repensar e reanalisar nosso passado e nosso presente, tentando compreender a ficção na história e a história na ficção (CLIFF, 1994) e, com isso, iniciar o processo de desenvolvimento de um futuro emancipatório. É agir como se já fôssemos livres, para usar as palavras de David Graeber (2015).

Parece importante realçar que vivemos em um momento histórico conturbado, com a ascensão dos neofascismos, a intensificação dos discursos queerfóbicos, misóginos e racistas, crises do capital cada vez mais frequentes, reversões de direitos trabalhistas, iminência das catástrofes climáticas, reacendimento da Guerra Fria com a proximidade da expiração dos acordos de não-proliferação nuclear e, apesar disso, estado profundo de Realismo Capitalista (FISHER, 2009). Mas nunca podemos esquecer que os momentos de crise são também os momentos de possibilidades. Um novo mundo é possível, um novo mundo é necessário.

5. Referências

ALEXANDER, C. A winelike sea. **Lapham's Quarterly**, New York, v. 6, n. 3, 2013. Disponível em: <<https://www.laphamsquarterly.org/sea/winelike-sea>>. Acesso em: 21 out. 2021

ASSOCIATED PRESS. Japan's Supreme Court upholds transgender sterilization requirement. **NBC News**, 24 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.nbcnews.com/feature/nbc-out/japan-s-supreme-court-upholds-transgender-sterilization-requirement-n962721>>. Acesso em: 15 mai. 2021.

BALLESTÍN, L. **Gender as colonial object**. Disponível em: <<https://publicseminar.org/2018/07/gender-as-colonial-object/>>. Acesso em: 15 mai. 2021.

BAUDRILLARD, J. **Simulacra and Simulation**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1995. *E-book*.

BENJAMIN, W. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica** (1955). Trad. Tradução de Gabriel Valladão Silva. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2017. 176p.

BOGGS, C. Revolutionary Process, Political Strategy, and the Dilemma of Power. **Theory and Society** v. 4, n. 3, p. 359-393, 1977. Disponível em: <[https://syllabus.pirate.care/_preview/library/Carl%20Boggs/Revolutionary%20process,%20political%20strategy,%20and%20the%20dilemma%20of%20power%20\(440\)/Revolutionary%20process,%20political%20strategy,%20-%20Carl%20Boggs.pdf](https://syllabus.pirate.care/_preview/library/Carl%20Boggs/Revolutionary%20process,%20political%20strategy,%20and%20the%20dilemma%20of%20power%20(440)/Revolutionary%20process,%20political%20strategy,%20-%20Carl%20Boggs.pdf)>. Acesso em: 05 mar. 2022

BURNS, K. J. K. Rowling's transphobia is a product of British culture. **Vox**, 9 Dec. 2019. Disponível em: <<https://www.vox.com/identities/2019/12/19/21029874/jk-rowling-transgender-tweet-terf>>. Acesso em: 15 mai. 2021.

BUSEY, K. Texas anti-trans Sports Ban *Bathroom Bill 2.0* dies in committee. **Planettrans**, 22 Apr. 2021. Disponível em: <<https://planettransgender.com/texas-trans-sports-ban-bathroom-bill-2-0-dies-in-committee/>>. Acesso em: 15 mai. 2021.

BUTLER, J. **Gender Trouble: Feminism and the subversion of identity**. 7 ed. London: Routledge, 2011. *E-book*.

BUTLER, J. **Bodies That Matter - On the discursive limits of sex**. 2 ed. New York: Routledge, 2011. 256p.

CENTER FOR REPRODUCTIVE RIGHTS. **Sweden Drops Law Forcing Sterilization of Trans People**. 29 Feb. 2012. Disponível em: <<https://reproductiverights.org/sweden-drops-law-forcing-sterilization-of-trans-people/>>. Acesso em: 15 mai. 2021.

CLIFF, M. Intimate Exile - History as Fiction, Fiction as History. **Ploughshares**, v. 20, n. 2-3, p. 196-202, 1994. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/40351358>>. Acesso em: 05 mar. 2022

DARWIN, H. Challenging the Cisgender/Transgender Binary: nonbinary people and the transgender label. **Gender & Society** v. 34, n. 3, p. 357-380, Jun. 2020. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0891243220912256>>. Acesso em: 05 mar. 2022

DERRIDA J. **Specters of Marx: the state of the debt, the work of mourning and the New International**. New York: Routledge Classics, 2006.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução L. Konder. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FALL, I. I Sexually Identify as an Attack Helicopter. **Clarkesworld Magazine**, 2020. [Removido do Ar].

FISHER, M. **Capitalist Realism**. Winchester, London: Zero Books, 2008.

FISHER, M. What Is Hauntology? **Film Quarterly**, v. 66, n. 1, p. 16-24, Sept. 2012. Disponível em: <<https://circa.art/wp-content/uploads/2021/02/hauntology.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2022

FOUCAULT M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução M.T. Albuquerque e J.A. Albuquerque. 13 ed. Paris: Éditions Gallimard, 1997. *Ebook*.

FOUCAULT, M. The Subject and Power. Translated by L. Sawyer. **Critical Inquiry**, v. 8, n. 4, p. 777-795, 1982. Disponível em: <<http://www2.kobe-u.ac.jp/~alexroni/IPD2018%20readings/IPD1%202018%20No.8/Foucault%20Subject%20and%20Power.pdf>> Acesso em: 05 mar. 2022

GEUSS, R. You Don't Need an Identity **IAI TV**, May 19, 2021. Disponível em: <<https://iai.tv/articles/you-dont-need-an-identity-auid-1811>>. Acesso em 15 maio 2021

GRAEBER, D. **The Utopia of Rules: On Technology, Stupidity and the Secret Joys of Bureaucracy**. New York: Melville House, 2015. *Ebook*

HARALDSON, L. **Contos e Lendas Vikings**. Eduardo Brandão (trad.). São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

HARAWAY, D. 'Gender' for a Marxist Dictionary: The Sexual Politics of a Word'. In: McDOWELL, L; SHARP, J. (orgs.). **Space, Gender, Knowledge**. New York: Routledge, 1997. *Ebook*.

HARAWAY, D. **A Cyborg Manifesto: Science, Technology and Socialist-Feminism in the Late Twentieth Century**. Minneapolis: Minnesota University Press, 2016.

HARRISON, D. S. Gendering Ungender: Notes on Nonbinary Blackness. **Wear Your Voice Mag**, 28 Jan. 2021. Disponível em: <<https://wearyourvoicemag.com/gendering-ungender-notes-on-nonbinary-blackness/>>. Acesso em: 25 maio 2021.

HESTER, H. **Xenofeminism**. London: Polity, 2018.

JUNJI I. **Uzumaki**: Spiral into Horror. Translated by Yuji Oniki. 12th ed. San Francisco: VIZ Media, 2020.

JORDAAN MASON & THE HORSE MUSEUM. **Divorce Lawyers I Shaved My Head**. Download. 2009. Disponível em: <<https://jordanmason.bandcamp.com/album/divorce-lawyers-i-shaved-my-head>>. Acesso em: 30 out. 2020.

KARRAS, R. M. **Sexuality in Medieval Europe**: Doing Unto Others. 2nd Edition. London: Routledge, 2012.

KATZ, J. N. **The Invention of Heterosexuality**. New York: Plume, 1995.

KRYLOVA, A. Gender Binary and the Limits of Poststructuralist Method: Gender Binary and the Limits of Poststructuralist Method. **Gender & History**, v. 28, n. 2, p.307-323, Aug. 2016. Disponível em: <<https://dukespace.lib.duke.edu/dspace/bitstream/handle/10161/15161/Krylova-2016-Gender%20Binary%20and%20Limits%20of%20Poststructuralist%20Method.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 05 mar. 2022.

LAQUEUR, T. **Making Sex**: Body and Gender from the Greeks to Freud. 10 print. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

LIGOTTI, T. **Teatro Grottesco**. London: Virgin Books, 2008.

LUGONES, M. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 73-101, Jul. 2008. Disponível em: <<https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>> Acesso em: 05 mar. 2022.

MAESE, R. Court Rules Olympic Runner Caster Semenya Must Use Hormone-Suppressing Drugs to Compete. **Washington Post**, 5 de janeiro, 2019. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/sports/2019/05/01/court-decides-against-caster-semenyas-appeal-controversial-rule/>>. Acesso em: 07 out. 2021.

'**MENINO** veste azul e menina veste rosa', diz Damares Alves. **Folha de S. Paulo**, 3 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damares.shtml>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

MBEMBE, A. Necropolítica - Biopoder soberania estado de exceção política da morte. **Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016. Disponível em: <<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes/article/view/5048>> Acesso 05 mar. 2022

MIÉVILLE, C. Afterweird: The Efficacy of a Worm-Eaten Dictionary. In: VANDERMEER, J.; VANDERMEER, A. (orgs.). **Weird**: A Compendium of Strange and Dark Stories. New York: Tor, 2011. p. 1013-1016.

MIRANDA, D. A. Extermination of The Joyas: Gendercide in Spanish California. **GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies**, v. 16, n.1-2, p. 253-284, 2010. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/53944004/Extermination_of_the_Joyas-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1646496099&Signature=DwMm1P8O6sWOElqUKMavltFWf7k7~Eq9mlqbrv6ua9Yhy093iHwN7zY5BLZE1pyMV0flk-bAOee~JdTREC�8uJ0ZKyRnsAXa4UW3H4DkxE4u6D-5s~fSm-MNbf2WAYgbibNn0DsOvZo9QNmGpBS9yZ2AxX0sun~Jige3L18XTX53XdU3tP9Ln51DqSn-Qt5qamqduOMu6gMgdjAidXWwFMbtUcXagVVXrFE59-Cq3SbL4iQkQGH8ofzs6WDjqelM~gdxH3DxBeOTzsVSZIBMNUJWoeTIEOm2gQxKcPMER0M50ehd38Vn3D1PRUJ4LLwgtjLKfEbxFZwe3tqYzezmiQ__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA>. Acesso em: 05 mar. 2022.

MORENO-GARCIA, S. **Mexican Gothic**. New York: Del Rey Books, 2020. *Ebook*

MULDER, M. **Transphobia: A short history**. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IKVO3B1fVaU>>. Acesso em: 05 mar. 2022.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/wvLhSxkz3JRgv3mcXHBWSXB/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 07 maio 2022.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132003000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 maio 2021.

DE SOUZA, E. M.; PARKER, M. Practices of Freedom and the Disruption of Binary Genders: Thinking *with* Trans. **Organization**, 9 Jul. 2020. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1350508420935602>>. Acesso em: 05 mar. 2022.

NAST, C. Playtime With Harry Styles: ‘You Can Never Be Overdressed.’ **Vogue**, 13 Nov. 2020. Disponível em: <<https://www.vogue.com/article/harry-styles-cover-december-2020>>. Acesso em: 21 out. 2021.

NEWS WIRES. Albania Becomes Third European Country to Ban Gay ‘Conversion Therapy.’ **France24**, 16 May 2020. Disponível em: <<https://www.france24.com/en/20200516-albania-becomes-third-european-country-to-ban-gay-conversion-therapy>>. Acesso em: 25 maio 2021.

NICHOLSON, L. Interpreting Gender. **Signs**, v. 20, n.1, p. 79-105, 1994. Disponível em: <<https://openscholarship.wustl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1021&context=wgss>>. Acesso em: 07 maio 2022.

ODIERNA, G. et al. Evolutionary and Biogeographical Implications of the Karyological Variations in the Oviparous and Viviparous Forms of the Lizard *Lacerta* (Zootica) Vivipara. **Ecography**, n. 24, p. 332-340, Jun. 2001. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1034/j.1600-0587.2001.240311.x>>. Acesso em: 05 março 2022.

PADAWER, C. The Meat Garden. In: VANDERMEER, J.; VANDERMEER, A. (orgs.). **Weird: A Compendium of Strange and Dark Stories**. New York: Tor, 2011. p. 1013-1016.

PILLOW FIGHT. **We Know the Devil**. Download. Pillow Fight, 2015. Disponível em: <<https://pillowfight.itch.io/we-know-the-devil>>. Acesso em: 30 outubro 2020.

OVÍDIO. Book III e Book IV. In: **The Metamorphoses**. G. Horace (trad.). New York: The Viking Press, 1958. p. 62-120.

RETTA, M. Anti-Trans Laws Are Making Trans Youth Feel Unsafe. **Teen Vogue**, 2021. Disponível em: <<https://www.teenvogue.com/story/anti-trans-laws-students>>. Acesso em: 15 maio 2021.

ROSCOE, W. **Changing Ones: Third and Fourth Genders in Native North America**. New York: St. Martin's Griffin, 2000.

ROSENBERG, J. **Confessions of the Fox**. New York: Penguin Random House, 2018.

ROSS, J. **Constraints on Variables in Syntax**. 1967. 523 f. Thesis (PhD in Linguistics – Modern Languages). Department of Modern Languages, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 1967. Disponível em: <<https://babel.ucsc.edu/~hank/ross67.pdf>>. Acesso em: 05 março 2022.

SCHIWY, F. Decolonization and the question of subjectivity: gender, race, and binary thinking. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2-3, p. 271-294, Mar. 2007. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09502380601162555>>. Acesso em: 05 março 2022.

SCOTT, J. W. Gender: a useful category of historical analysis. **The American Historical Review**, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, Dec. 1986. Disponível em: <<http://www.tonahangen.com/wsc/hi217/wp-content/uploads/2011/02/Scott.GenderUseful.pdf>>. Acesso em: 05 março 2022.

SHAKESPEARE, W. **Hamlet, Prince of Denmark**. Gutenberg Project. West Newbury, MA: Collins Ed., 1998. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/gu001524.pdf>>. Acesso em: 20 outubro 2021.

SIDDIQUE, H. Appeal Court Overturns UK Puberty Blockers Ruling for Under-16s. **The Guardian**, 17 Sept. 2021. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/society/2021/sep/17/appeal-court-overturns-uk-puberty-blockers-ruling-for-under-16s-tavistock-keira-bell>>. Acesso em: 05 março 2022.

SIMMONS, D. **The Terror**. New York: Hachette Book Group, 2018.

SOUZA, E.; CARRIERI, A. A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 46-71, jun. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ram/a/qRZmRRR4rgtp5sy8dNXLq6M/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 05 março 2022.

STRYKER, S. **Transgender History**: the roots of today's revolution. 2nd ed. New York: Hachette Book Group, 2017.

STURLUSON, S. **The Prose Edda**. Anderson Rasmus (trad.). Blackmask Online, 2001. Disponível em: <<https://is.cuni.cz/studium/predmety/index.php?do=download&did=62028&kod=ARL100252>>. Acesso em: 15 maio 2021.

THE POETIC Edda Northvegr Edition Translated From the Old Icelandic. Tradução B Thorpe. Lapper: The Northvegr Foundation Press, 2004. Disponível em: <<https://www.norron-mytologi.info/diverse/ThorpeThePoeticEdda.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2021.

TOMAS, D. Feedback and Cybernetics: reimagining the body in the Age of Cybernetics. In: FEATHERSTONE, M.; BURROWS, R. (orgs.). **Cyberspace/Cyberbodies/Cyberpunk**. 4th ed. London: Sage Publications, 2000.

VANDERMEER, J. **Annihilation**. 2nd ed. London: Fourth Estate, 2015.

VIANNA, A.; LOWENKRON, L. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, jan. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/pWRzSNMsG4zD8LRqXhBVksk/?lang=pt>>. Acesso em: 05 março 2022.

VINCENT, B.; MANZANO, A. History and Cultural Diversity. In: RICHARDS, C.; BOUMAN, W. P.; BARKER, M-J. (orgs.). **Genderqueer and Non-Binary Genders**. London: Palgrave Macmillan UK, 2017. *Ebook*

WEINBERG, E. **19 Ways of Looking at Wang Wei**. 3rd ed. New York: New Directions Publishing, 2016.